

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
Instituto de Estudos Estratégicos – INEST
Curso de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

**A importância da aproximação do Estado brasileiro do Estado
Israelense para o Brasil do século XXI.**

CAPITÃO TENENTE FUZILEIRO NAVAL RAFAEL DE MORAES PRIMO

Niterói - RJ
Novembro/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
Instituto de Estudos Estratégicos – INEST
Curso de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

**A importância da aproximação do Estado brasileiro do Estado
Israelense para o Brasil do século XXI.**

Autor: RAFAEL DE MORAES PRIMO

Monografia apresentada ao Curso de
Relações Internacionais da
Universidade Federal Fluminense –
UFF, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. João Rafael G. de
Souza Morais

Niterói - RJ
Novembro/2019

Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso em Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais (Manografia)

Título do Trabalho: A importância da aproximação do Estado brasileiro do Estado
Israelense para o Brasil do século XXI.

Aluno: Capitão-Tenente Fuzileiro Naval RAFAEL DE MORAES PRIMO

Semestre Letivo: 2º/2019

Avaliadores:

Prof. Dr. João Rafael G. de Souza Moraes – Orientador (Avaliador 01)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

Prof. Dr. Bruno Pessoa Vilella – Leitor (Avaliador 02)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

Notas dos Avaliadores	
Avaliador 01	
Avaliador 02	
Nota Final	

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – O contexto internacional em que o Oriente Médio esteve a partir da criação do estado de Israel.....	3
1.1 – O Contexto Regional no Oriente Médio.....	3
1.2 – O contexto internacional em que o Oriente Médio esteve a partir da criação do estado de Israel.....	6
1.3 – Histórico da UNIFIL.....	10
Capítulo II - O Histórico político do Brasil e Israel.....	16
Capítulo III – Possibilidades advindas da relação Brasil-Israel.....	29
3.1 – A questão tecnológica.....	29
3.2 – A Questão Hídrica.....	35
Conclusão.....	39
Referências Bibliográficas.....	41

RESUMO

A importância da aproximação do Estado brasileiro do Estado Israelense para o Brasil do século XXI.

Para provar seu ponto, este trabalho começa falando sobre as questões Geopolíticas que envolvem a região do Oriente Médio e passa para questões internacionais, após isso abrange a situação militar atual do Brasil em tal região, finalizando assim o capítulo I, no capítulo II é levantado todo o histórico de relações internacionais entre o Brasil e Israel, no capítulo III é levantado alguns problemas crônicos do Brasil e uma série de tecnologias que Israel possui que podem justificar a nossa aproximação de tal Estado, finalizando então com uma breve conclusão.

Palavras-Chave: Brasil; Israel; política; tecnologia; judeu.

ABSTRACT

The importance of the approximation of the Brazilian state from the Israeli state to 21st century Brazil.

To prove its point, this paper begins by addressing the geopolitical issues surrounding the Middle East region and moves to international issues, after which it covers Brazil's current military situation in that region, thus concluding Chapter I, Chapter II is raised. The whole history of international relations between Brazil and Israel, in Chapter III, is raised some chronic problems of Brazil and a series of technologies that Israel possesses that can justify our approach of such State, ending with a brief conclusion.

Key-words: Brazil; Israel; politics; technology; Jewish.

INTRODUÇÃO:

Esta Pesquisa se propõe a verificar a importância da aproximação do Estado brasileiro do Estado Israelense, nas esferas política, militar e econômica. Para tal faremos um levantamento de dados históricos, políticos e tecnológicos que corroborem tal afirmação, bem como da Missão de Paz das Nações Unidas que atua na região. A hipótese que a pesquisa se propõe a investigar é que essa aproximação beneficiará os dois lados pois o Estado de Israel possui bastante tecnologia militar e científica que interessa ao Brasil, parte dessa tecnologia oriunda dos Estados Unidos da América(EUA), além de poder contribuir para a missão da ONU, UNIFIL, e nos aproximar dos EUA politicamente e economicamente pois este tem sido um aliado bastante importante para aquele.

Os objetivos propostos são realizar uma análise do histórico de relações políticas externas entre Brasil e o Oriente Médio e entre Brasil e Israel a partir da fundação deste em 1948, verificar a influência política e econômica que cada um desses dois Estados tem entre si, verificar as tecnologias interessantes que o Estado de Israel possui que podem beneficiar o Brasil militarmente, economicamente e socialmente, levantar os benefícios e os prejuízos militares, econômicos e políticos que o Brasil pode ter aproximando-se do Estado Judeu, pois tal aproximação não agradaria o mundo árabe, e concluir ao final do trabalho com um breve levantamento e análise dos pontos mais importantes dos capítulos, de forma que este projeto possa auxiliar o Estado brasileiro no processo de tomada de decisão em investir numa aproximação com Israel.

Para corroborar a hipótese deste projeto, seguiremos o seguinte cronograma:

O capítulo I tem uma função propedêutica de situar o trabalho dentro de seu contexto geopolítico e que abordará o contexto israelense-árabe no Oriente Médio e como o Brasil se insere atualmente nesse contexto, de forma que possamos ter uma noção mais ampla da atual situação dessa região.

O capítulo II levantará o histórico político, militar e econômico do Estado brasileiro com o Estado Israelense e região. Analisaremos todo esse histórico para desvendarmos o período que o Brasil esteve mais próximo de Israel, verificarmos os benefícios e prejuízos obtidos pelo Brasil para que possamos pensar novamente em buscar o protagonismo para o Oriente Médio.

No capítulo III será levantado um breve histórico que justifique a necessidade de o Brasil adquirir novas tecnologias, bem como uma série delas que Israel possui que são relevantes para o Brasil.

Ao final do projeto será feita uma breve conclusão, buscando responder a pergunta proposta pelo trabalho.

Capítulo I O CONTEXTO ISRAELENSE-ÁRABE ÚNICO E A ATUAL POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A REGIÃO.

1.1 O contexto regional no Oriente Médio.

Durante a “Idade Antiga” a “Terra Prometida” foi dada à descendência de Abraão (Gênesis 17:8), porém Abraão tivera dois filhos, Isaque, que deu origem ao povo judeu, e Ismael, que deu origem ao povo árabe. Apesar de Ismael ser o filho mais velho, ele era um filho bastardo porque sua mãe não era esposa de Abraão, além de ser uma escrava. Tomando por base essa análise podemos perceber que o conflito entre judeus e árabes pela posse da “terra prometida”, que compreende boa parte do território do estado de Israel, remonta a tempos muito antigos.

Começando pela religião é que podemos entender alguns de muitos aspectos que giram em torno dos conflitos históricos e que minam o processo de paz que nunca chega ao Oriente Médio, essa religiosidade ligada a fortes ideologias e radicalismos tem agravado em muito tal processo. (FERREIRA, 2002, p.313)

Judeus, cristãos e muçulmanos reconhecem em Abraão suas origens. Para o cardeal Lustiger, não podemos entender o Novo Testamento da Bíblia sem compreender o Antigo, considerando agora o que diz Hans Kung que Paulo “possibilitou o acesso dos não-judeus a fé judaica, iniciando, com esse gesto, a primeira mudança de paradigma no cristianismo”. O que Paulo pregava infelizmente não impediu que homens construíssem crenças e ideologias que interromperam o caminho aberto por ele, e que segrega e separa civilizações inteiras. (FERREIRA, 2002, p.313-314)

Nesse sentido, Engels dizia que o Estado é a primeira potência ideológica erguida sobre os homens, dessa forma foi imprimido no mundo cristão e oriental grande parte dos valores da civilização judaica e excluído muitos dos valores árabes. Assim, o estado se constitui em um mecanismo de psiquismo coletivo, que oprime indivíduos, mas que nutre e incorpora valores religiosos de uma civilização. (FERREIRA, 2002, p.314)

Nesse contexto, é interessante citar as palavras proferidas pelo presidente da Argélia, Abd el Aziz Bouteflika na universidade La Sapienza de Roma:

Gostaria de me deter no conceito de civilização judaico-cristã, que é utilizado em nossa área geográfica em contraposição a uma civilização muçulmana que seria inconciliável com aquela e que até mesmo a ameaçaria ...Este binômio que une . que divide, deveria dizer . na sua formulação as três religiões monoteístas, que opõe duas a uma e que ergue um muro entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo, não reacende, talvez, as cinzas ainda não apagadas das violências e da intolerância de um tempo? [...] Assim se contrapõem duramente a cultura judaica e a cultura muçulmana que também têm em comum uma considerável herança cultural e étnica e um patrimônio ainda vivo. Assim, o cristianismo e o islamismo enfrentam-se como acérrimos antagonistas apesar desse último, mesmo não admitindo a natureza divina de Jesus, reconhecer que Ele procede do espírito de Deus, do sopro de Deus, e reconhecer o mistério de seu nascimento virginal e conferir ao seu ensinamento todo o caráter sagrado da palavra divina. (FERREIRA, 2002, p.314-315)

Indo de encontro ao citado, o Brasil tem muito a oferecer nesse aspecto, tendo em vista que possui uma peculiaridade única no globo, assim descrita por, Celso Amorim, Ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

[...] inspiramo-nos nos sólidos laços de amizade e cooperação que temos com o Oriente Médio. Encontra-se no Brasil a maior comunidade de origem árabe fora do mundo árabe, e mais de dez milhões de brasileiros possuem ascendentes naquela região. Aqui convivem, pacificamente, cristãos, muçulmanos, judeus, que mantiveram elos com sua civilização materna e deram decisiva contribuição à formação da identidade brasileira, bem como ao desenvolvimento de nosso país e ao enriquecimento de nossa cultura. (AMORIM, 2005, p.14)

A geografia e a história da Palestina fizeram com que as crenças das três religiões ali presentes se transformassem em ideologias propulsoras de conflitos. Saindo lentamente do âmbito religioso e culminando na guerra desumana e cruel. Tal processo teve início nas cruzadas em que houve realmente choques de civilizações cristã e árabe, que segue séculos depois durante o mandato britânico e chega às guerras israelenses árabes, progredindo concomitantemente no âmbito das relações internacionais. (FERREIRA, 2002, p. 315)

Se o Brasil pretende busca aproximar-se do povo israelense, deve pensar em contribuir para aproximar os três povos citados, cristãos, judeus e muçulmanos, afinal, principalmente neste país latino, não há por que continuarmos falando em civilização judaico-cristã ou greco-romana-judaica-cristã, se a cultura ocidental deve em muito e principalmente o fundamental de seu salto nos campos da ciência e filosófica aos árabes. (FERREIRA, 2002, p. 315)

Continuando em seu discurso, Bouteflika cita exemplos do que poderia ser a

união desses três povos recordando três pessoas. Abd el Kader, promotor, incentivador e dirigente da resistência contra a ocupação colonial” que após vencido e exilado na Síria, arriscou a sua vida e de todos os seus familiares para salvar os cristãos maronitas durante as sangrentas rebeliões de 1860; o arcebispo dom Duval, que sempre provou possuir profunda compaixão humana e ter um inflexível rigor aos princípios ditados pela fé e suas convicções; e o professor Litenthal, que recebeu inúmeras ofensas devido a sua posição durante os conflitos entre Israel e a Palestina, posição essa que o fez arriscar a própria vida e a exclusão da comunidade judaica. (FERREIRA, 2002, p. 316)

Relembremos que o islã possui um caráter expansionista, que trouxe consequências advindas de conquistas militares numa época em que não existia leis que regulamentavam o direito a paz e a guerra, no mínimo bárbara. Tal expansionismo pode ser explicado por inúmeras razões sociológicas e econômicas, porém seu fundamento religioso não pode ser esquecido. A tal guerra santa era travada para combater os que não professavam a mesma fé. Tal afirmativa pode ser vista em diversos discursos de fundamentalistas islâmicos, dentre os quais se destaca Hassan al-Bannah, fundador e guia supremo dos Irmãos Muçulmanos nos anos de 1920. (FERREIRA, 2002, p. 317)

“Creio que todas as coisas decorrem de Deus, que nosso senhor Maomé, que a bênção de Deus esteja com ele, é o último dos profetas enviados a todos os homens, que o Corão é o livro de Alá, que o Islã é uma lei geral da ordem do mundo e do além-mundo....[...] .Creio que o muçulmano tem o dever de fazer reviver a glória do Islã, promovendo o renascimento de seus povos pela restauração de sua legislação. Creio que a bandeira do Islã deve dominar a humanidade, e que o dever de todo muçulmano consiste em educar o mundo segundo as regras do Islã; comprometo-me a lutar, enquanto viver, para realizar essa missão e a ela sacrificar tudo o que possuo” (FERREIRA, 2002, p. 317)

Porém, não podemos nos esquecer de que, assim como o islamismo, o cristianismo também teve um caráter expansionista, como por exemplo na época das cruzadas, mas que com o passar do tempo já não é mais considerado assim nos dias de hoje devido a não ser considerado como um motivo para a expansão territorial dos Estados ocidentais. O Islã também perdeu na sua essência seu caráter expansivo, agora não mais caracterizado pela guerra santa para a conquista da humanidade, mas em guerrilhas ou terrorismo, para fazer com que governos e populações estejam constantemente alinhados com tal fundamentalismo. (FERREIRA, 2002, p. 317)

Por outro lado, os judeus nunca tiveram um caráter expansionista com sua

religião, não sendo universalistas, mas capazes de travar as suas próprias guerras santas e, diferentemente das duas anteriores que perderam seu momento de expansão, o judaísmo ainda tem forças o suficiente para mostrar ao mundo que é uma grande nação e tem bastante força. (FERREIRA, 2002, p. 318)

Para entendermos a situação em que vive Israel temos que perceber a dificuldade que há em separar o livro sagrado deles da configuração estatal. Tal dificuldade é percebida quando encaramos o fato de que seu estado não é uma criação de homens, mas já era predestinado por Deus em seus livros sagrados. Logo, estamos sem dúvidas nenhuma diante de um fundamentalismo, e, na visão de Oliveiros S. Ferreira, de uma ideologia. Para os judeus, seu livro sagrado contém a história de seu povo, por outro lado, para nós ocidentais e para os muçulmanos é difícil compreendermos essa ligação pois não é possível vermos em livros sagrados a história de nossos povos. Dessa forma, baseado no corão, o muçulmano vê o judeu como um personagem injusto que tomou suas terras e de seus irmãos de sangue e os submeteu a uma situação inferior. (FERREIRA, 2002, p. 320-321)

O Brasil, para aproximar-se de Israel, deve ser capaz de entender que seu Estado é uma construção mais complexa do que os demais do nosso globo.

1.2 O contexto internacional em que o Oriente Médio esteve a partir da criação do estado de Israel.

O sistema internacional, como o conhecemos hoje, é resultado de uma série de fatos ocorridos durante a história que levaram a alterações estruturais do sistema, essas alterações não pararam na história, mas estão em constante desenvolvimento, mais recentemente, elas são marcadas pela queda do Muro de Berlim e o desmoronamento do bloco soviético liderado pela União Soviética. Para entendermos esses fatos e um pouco do conflito no Oriente médio, é necessário que entendamos a lógica por trás do sistema internacional. Assim como Cox sugeria, nós não podemos esquecer as forças profundas

Em seu nível de maior abstração, a noção de um quadro de referência ou de uma estrutura histórica é um retrato de uma particular configuração de forças. Essa configuração não determina ações em nenhuma direção ou de forma mecânica, mas impõe pressões e constrangimentos. Os indivíduos ou grupos podem-se mover de acordo com as pressões ou resistir e opor-se a elas, mas

não podem ignorá-las. Na medida em que resistem com sucesso a uma estrutura histórica dominante, eles fortalecem com suas ações uma alternativa, uma configuração de forças emergentes, uma estrutura rival. Três categorias de forças (com expressão potencial) interagem numa estrutura: possibilidades materiais, ideias e instituições. (COX, 1986, p.217-218; SANTOS, 2002, p.20)

Durante a guerra fria (1946-1990) havia uma bipolarização do Sistema Internacional, e consequentemente das relações internacionais, de tal forma que marcava todas as demais formas de relações entre Estados. Essa tendência bipolar quase sempre dominava o funcionamento do Sistema Internacional, porém houveram algumas exceções tais quais o voto das duas potências, EUA e URSS, para a partilha da Palestina, bem como com relação a guerra de Suez que envolveu Inglaterra, França e Israel contra o Egito. Nessa guerra, os EUA buscavam ser mediadores do conflito para evitar a aceleração da aproximação entre Egito e URSS, algo que o país árabe já implementava e que fortalecia-se devido a ação ofensiva de alguns Estados sobre seu território em favor de Israel. (SANTOS, 2002, p.21)

Essa conjuntura criada criou uma configuração de que EUA e URSS não poderiam se ver envolvidos em conflitos diretos, sob pena de não haver ganhadores devido a seus arsenais nucleares e o desenvolvimento de vetores balísticos. Caso houvesse esse conflito, a soma para os dois lados seria negativa. Entre essas duas potências ainda havia uma competição econômica, tecnológica, cultural e política, além da no plano militar. No caso de conflitos políticos e ideológicos insuperáveis, o atrito ocorria por meio de conflitos localizados e entre países menores, influenciados por aqueles. Isso mostrava a integração e o equilíbrio delicado em que o Sistema Internacional estava pautado. (SANTOS, 2002, p.21)

No caso do conflito entre o mundo árabe e Israel no Oriente Médio, podemos afirmar que não foi resultado desse Sistema Internacional, mas cruzou-se intensamente com essa tensão entre Leste-Oeste. (SANTOS, 2002, p.21)

Ao fim da guerra fria, era esperado que a estrutura bipolar fosse suplantada por outra, de forma que o Sistema Internacional funcionasse sobre premissas universalistas e menos ligada ao equilíbrio militar entre blocos.

os dois acontecimentos que marcaram o pós-Guerra Fria são a queda do muro de Berlim e a guerra do Golfo. Não é preciso avançar muito na consideração desses fatos, que criaram uma atmosfera de otimismo no sistema internacional, inclusive porque, especialmente em relação ao primeiro, a perspectiva era a de que se formavam, no mundo dos valores, grandes unanimi-

dades ... As afinidades entre a vida interna das nações e o mundo das relações internacionais passariam a ser naturais e amplas. As diferenças do nacional e do internacional se diluíram e, ao invés de fonte de atrito, se converteriam em novas pontes de aproximação e conciliação entre os Estados. As democracias se entendem naturalmente; os mercados abertos favorecem a riqueza de todos; afinal, eis, vitorioso, o credo liberal em sua pureza original. (LAFER E FONSECA JR., 1994, p.55-56; SANTOS, 2002, p.22)

Essa perspectiva apontada por Lafer e Fonseca Jr. Teve grande influência nos esforços da Organização para Libertação da Palestina, dirigida por Arafat, e nos do governo de Israel, dirigido por Itzhak Rabin. Logo, buscava-se uma nova perspectiva de valores a serem adotados de forma aos Estados obterem benefícios próprios, exatamente por serem ou parecerem ser universais. Esse novo conjunto de valores, por um lado parecia serem compartilhados por todos, e ao mesmo tempo pareciam inserir os Estados em situações onde o risco para sua sobrevivência era maior. Tendo expostos esses princípios, o governo de Israel buscou mais políticas ligadas a negociação, enquanto do lado palestino a ideia de soberania sobre toda a Palestina afundou mais ainda. Dentro dessas referências universais foi possível criar condições para o amadurecimento de um processo que ganhou grande profundidade nas agendas políticas dos dois países bem como em significativos setores da burocracia estatal, grupos empresariais e intelectuais que refletiam sobre as causas históricas do conflito e do ódio permanente e recíproco entre as duas nações. (SANTOS, 2002, p.21-22)

Essa visão idealista, que acreditava na viabilidade de valores universais sem condicionamentos assimétricos e sem a tradição de vantagens para o mais poderoso sucumbiu devido ao peso dos acontecimentos. Esse processo levou a uma estagnação das relações internacionais, principalmente na área do comércio, desenvolvimento econômico, meio ambiente, direitos humanos, militar e tecnológico. Essa visão idealista, ainda na década de 1990, já foi substituída devido a acontecimentos que aumentaram as perplexidades e falta de esperança, tais como o fim da URSS, muito ligada ao Stalinismo, e da Iugoslávia. Esses dois processos influenciaram a situação no Oriente Médio, debilitando as crenças em valores solidários, reanimando particularismos também anacrônicos, e reanimando a ideia de que apenas a força e a limpeza étnica são os caminhos do interesse nacional, agravado no Oriente Médio devido ao fundamentalismo de muitos países da região. (SANTOS, 2002, p.23)

Os fatos anteriormente citados significavam para a comunidade internacional

forças centrífugas de desagregação, contrárias à lógica iluminista anunciada no pós-guerra fria, dando espaço a dependência das forças nacionais pautadas no Romantismo. Via-se nesse momento uma necessidade de luta pela liberdade de autodeterminação das novas identidades nacionais. (SANTOS, 2002, p.23)

No Oriente Médio, as raízes profundas do conflito não estão ligadas ao romantismo, mas na identificação religiosa de um lado e Estado e política do outro.

A racionalidade como elemento constitutivo básico da fundamentação do Estado, a idéia de pacto e de soberania reconhecida pela comunidade internacional, tão apreciadas pelos nacionalistas árabes, sobretudo egípcios e iraquianos, nos anos 20 e 30 do século XX (Abdel-Malek, 1970; Hussein, 1971), e pelo sionismo político, assimilada por boa parte da *intelligentzia* palestina, particularmente a partir da guerra de 1967, parece nas ondas do processo histórico alternadamente fortalecer-se e debilitar-se. (SANTOS, 2002, p.24)

O conflito entre a Palestina e Israel sempre teve uma característica e implicações locais, sendo assim desde o domínio turco na região, manteve-se assim durante o mandato britânico, de 1918 a 1948, e continua local desde 1948, com a criação do Estado de Israel, até hoje. Apesar desse conflito ser local, é o mais debatido na Assembleia Geral das Nações Unidas e no Conselho de Segurança desde 1945. (SANTOS, 2002, p.24)

Esses conflitos entre a Palestina e Israel continuaram após a guerra fria, constituindo-se como um grave problema e ameaçando o Sistema Internacional como um todo. Esses movimentos ocorridos buscavam a modificação do próprio status das duas partes, diferentemente dos que ocorreram durante a guerra fria. Devido a essas ameaças a todo o sistema, esses conflitos ganharam um interesse de toda a comunidade internacional e exigiram uma resposta internacional com a intenção de evitar uma crise maior. A questão está ligada diretamente aos interesses da comunidade internacional por se tratar da sobrevivência de dois povos, e com capacidade da mobilização da opinião internacional de forma mais ampla. (SANTOS, 2002, p.25-26)

Fica claro então que para toda a comunidade internacional a interferência internacional no conflito Palestino-Israelense reflete o empenho de todo o sistema de fortalecer valores de justiça, equidade, do direito à preservação cultural e étnica, do direito à identidade. Valores esses que sempre interessaram o Brasil. (SANTOS, 2002, p.25-26)

Dessa forma, a solução para os conflitos entre Palestinos e israelenses deve

passar por processos de depuração de suas razões estruturais, locais e internacionais. Alguns autores caracterizam o fenômeno que ocorria na região a partir da década de 1990 de catarse coletiva, que é caracterizado pelo fortalecimento do debate a respeito das razões do outro. Essa depuração não deve ser de interesse apenas de outros países, mas também deve ser de interesse de toda a sociedade internacional, em especial destaque as Organizações Internacionais devido a elas terem a forma de resolver problemas internacionais e basearem-se em consensos entre estados e refletirem as assimetrias entre eles. (SANTOS, 2002, p.29)

Com o fim da guerra fria, acreditava-se que devido a desestruturação da lógica do sistema anterior, seria criado incentivos cooperativos poderosos. Nesse contexto as conferências internacionais de Oslo e Madri discutiam as novas possibilidades de desenvolvimento regional dos países árabes e de Israel, contando com o apoio dos EUA, União Europeia, dentre outros. Foram abordados temas como áreas de livre-comércio que compreendiam a Jordânia, Palestina e Israel, abrindo a possibilidade a outros países também, a viabilidade de uma área com capacitação de alta tecnologia, como por exemplo o caminho para contornar a escassez de recursos na região, como por exemplo de água. Devido a essas abordagens e essa nova característica, as dimensões militares da abordagem das conferências perdeu vulto. (SANTOS, 2002, p.29-30)

A visão otimista em relação ao conflito Palestina-Israel baseia-se exatamente na suposição de que a permeabilidade tem sido inevitável nas relações entre os dois povos. Ainda que considerando seu lado negativo, a economia palestina está umbilicalmente vinculada a Israel. Boa parte dos palestinos conhece o hebraico e a cultura judaica. Boa parte dos israelenses conhece o árabe e os valores islâmicos e árabes. (SANTOS, 2002, p.30)

O conflito Palestina-Israel, ademais com outros conflitos da década de 1990 e dos primeiros anos do século XXI indicam a necessidade de reflexão sobre ideias que se tornaram senso comum, bem como a necessidade de melhor compreensão de temas interessantes para todos. (SANTOS, 2002, p.30)

Nesse contexto narrado nos tópicos 1.1 e 1.2 que o Brasil atualmente atua com a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

1.3 Histórico da UNIFIL

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) foi estabelecida pelo

Conselho de Segurança das Nações Unidas em março de 1978, através da resolução 425, devido a demanda do governo libanês, tal missão tinha por objetivo confirmar a retirada das tropas israelenses do território libanês, assegurar a paz e a segurança internacional e auxiliar o governo local a restaurar sua autoridade. Tal litígio teve início com um ataque de Israel ao território libanês, utilizando-se da justificativa de que tal ataque era parte de uma estratégia de defesa contra combatentes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). (GALLO et al., s.d., p.7)

Devido as invasões israelenses ao Líbano, um grupo de muçulmanos, em 1982, cria uma organização política/militar chamada Hezbollah, do árabe “Partido de Deus”. “A proposta do grupo sempre foi expulsar os israelenses do território libanês” (BEZERRA, 2017). Com o passar do tempo essa proposta desse grupo foi mudando e, atualmente, buscam eliminar o Estado de Israel, com a alegação de que o território israelense pertence ao povo muçulmano. (BEZERRA, 2017)

A UNIFIL, inicialmente, auxiliou o exército libanês ao longo da fronteira com Israel, contando na época com seis mil soldados, número que aumentou paulatinamente conforme tropas de outros países membros da ONU eram alocadas para a missão, chegando, em 1982, a sete mil soldados, e em 2011, a 11.746 soldados e 1.007 funcionários civis. Atualmente a missão conta com 10.511 soldados e 848 civis. (GALLO et al., s.d., p.7)

Em maio de 2000, Israel inicia a retirada de suas tropas da fronteira, processo que foi concluído em 16 de junho do mesmo ano com uma comunicação ao Conselho de Segurança, bem como com a libertação dos prisioneiros. Porém, o problema não havia sido solucionado, mesmo após a desocupação, a UNIFIL não foi dissolvida, mas agora buscava “auxiliar o exército libanês e a polícia local a estabelecerem postos de controle para monitorar o acesso, manter a lei e a ordem na região desocupada.” (GALLO et al., s.d., p.7)

Em 16 de janeiro de 2002, houve uma calmaria na zona de atuação da força tarefa, com poucos e baixos níveis de tensão entre os Estados. O foco da missão permanecia na Linha Azul (Fronteira entre Líbano e Israel), com foco na localização e desarmamento de minas terrestres em conjunto com os dois Estados beligerantes para evitar violações na região. (GALLO et al., s.d., p. 8)

As tensões aumentaram no perímetro da Linha Azul devido a práticas de atividades militares pelo Hezbollah e as incursões israelenses não justificadas no espaço aéreo libanês. O que gerou recusa libanesa em manter suas forças armadas

ao longo da Linha Azul, gerando um vácuo de poder nessa fronteira, e aumentando a influência em tal região do Hezbollah. Tal grupo político/militar, em 2002, já contava com um grande arsenal militar, ao ponto de em 03 de outubro disparar 18 mísseis e 3 morteiros contra as Forças de Defesa de Israel (FDI) e em 22 de outubro disparar mais 10 mísseis e 61 morteiros. (GALLO et al., s.d., p. 8)

Devido a esses acontecimentos, o Conselho de Segurança adota a resolução 1428 de 2002, que condena e manifesta preocupação com os atos violentos e as incursões territoriais na região, além de exigir das partes a livre circulação das tropas da UNIFIL na região. (GALLO et al., s.d., p. 8)

Tais tensões continuaram com o decorrer dos anos, e em 2005, preocupados com as constantes hostilidades, principalmente no espaço aéreo e o assassinato de militares das Nações Unidas, o Conselho de Segurança adota a Resolução 1583 de 2005, condenando todos os atos de violência na Linha Azul e apoiando o trabalho realizado pela UNIFIL no que concerne ao cessar-fogo e segurança internacional na região. (GALLO et al., s.d., p. 8-9)

As tensões aumentaram mesmo com a Resolução 1583 da ONU, e devido a essas crescentes e intensas hostilidades, principalmente as que ocorreram entre os meses de julho e agosto de 2006, o Conselho de Segurança altera a forma de operação da UNIFIL, aprovando em 11 de agosto a resolução 1701 e exigindo o cessar fogo para ambos os Estados, além de aumentar em muito a quantidade de tropas na Linha Azul, de dois mil para quinze mil soldados, dessa forma expandindo o território de mandato da UNIFIL. (GALLO et al., s.d., p. 9)

Nesse momento, o Conselho de Segurança cria a Força Tarefa Marítima (FTM) que buscava o fim do contrabando de armas e drogas na região e treinar a marinha libanesa, tarefa essencial para que futuramente o Líbano pudesse operar de forma a garantir a segurança no seu perímetro marítimo. (GALLO et al., s.d., p. 9)

Além dos objetivos militares, a UNIFIL também atua como força de paz e executa ações de cunho humanitário desde 1982, sendo uma das primeiras missões da ONU a receber esse tipo de missão. O objetivo humanitário em si buscava prover assistência humanitária a população localizada na área de operações e auxiliar as pessoas deslocadas de seus territórios de origem a retornar para seus lares. Dessa forma, a partir de 2006 houve uma exigência maior da comunidade internacional no sentido de que aumentassem a colaboração humanitária para a região. (GALLO et al., s.d., p. 9)

O Brasil, em busca de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, busca integrar missões de paz ao redor do mundo, de forma a mostrar capacidade militar no sistema internacional. Em busca desse desejo, o Brasil já contribuiu participando em mais de 30 missões, fato que fez com que o país fosse eleito dez vezes às vagas temporárias e não a permanente de tal conselho. (GALLO et al., s.d., p. 12)

Porém o Brasil seleciona as missões que quer participar de forma que elas estejam inseridas no capítulo VI da Carta da ONU, que estabelece operações baseadas na negociação e no consentimento entre as partes envolvidas, permitindo que as forças armadas operem nas causas primárias dos conflitos, tal como a miséria, fome e desigualdade econômica. Mais uma vez, o Brasil demonstra para a comunidade internacional a sua vocação para solucionar conflitos. (GALLO et al., s.d., p. 12)

Em 2011, o Brasil é convidado pela ONU a assumir o comando da FTM da UNIFIL, posto que ocupa até os dias de hoje. Pela primeira vez a missão não está sob o comando de um país pertencente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que agrega bastante responsabilidade ao Brasil. O efetivo brasileiro na UNIFIL é de 1 Fragata que atua como Nau-capitânea, 13 militares que integram o Estado-Maior da FTM, 3 militares que integram o Estado-Maior da UNIFIL e 7 militares inseridos na Brigada Espanhola. (GALLO et al., s.d., p. 13)

Analisando o trabalho que o Brasil desempenhou na força de paz no Haiti por mais de 10 anos, liderando-a, bem como os laços mantidos entre o Brasil e o Líbano, podemos concluir que geraram prestígio ao Estado junto à comunidade internacional, permitindo que o Brasil fosse selecionado para assumir a responsabilidade do comando da FTM da UNIFIL que, na opinião de diversas autoridades brasileiras, elevou a responsabilidade brasileira perante a comunidade internacional. (GALLO et al., s.d., p. 13)

À frente da FTM da UNIFIL, o Brasil conta com o apoio de outras forças armadas, tais quais navios da Grécia, Turquia, Alemanha, Bangladesh e Indonésia, liderando-os e alocando-os em áreas e subáreas ao longo do litoral libanês conforme planejamento efetuado por seu Estado-Maior. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015) Essas Operações entre marinhas, bem como com a marinha libanesa, formando-os e adestrando-os, acrescentam em muito a capacidade operativa de nossas forças, bem como aumenta o prestígio brasileiro perante a comunidade internacional.

No Brasil habitam aproximadamente 12 milhões de libaneses, no Líbano habitam apenas 4,5 milhões, o que pode ser caracterizado como uma grande comunidade libanesa, bem como um número considerável de brasileiros que habitam no Líbano, estimasse em aproximadamente 12 mil (GLOBO REPÓRTER, 2017), faz com que o Brasil tenha uma relação próxima com tal país (Amorim, 2016, p. 243). Esse fato ligado ao contexto descrito anteriormente criou a possibilidade para cooperação entre o Brasil e o Líbano nas áreas econômicas e militar. (GALLO et al., s.d., p. 13)

Essa cooperação tem sido cada vez mais estreita e ficou bastante clara para os dois países em 2016, na cidade de Beirute, quando se encontraram os ministros da defesa brasileiro e libanês. “O representante do Líbano, Samir Moqbel, enfatizou a importância da cooperação entre as escolas militares e destacou o acordo de compra de seis aeronaves Super Tucanos da Embraer, estimadas em US\$ 170 milhões, representando cerca de 40% da média anual de venda brasileira e fazendo parte do contingente das 230 aeronaves deste modelo vendidas desde o ano 2000” (GALLO et al., s.d., p. 14), bem como também enfatizou a aquisição anterior pelas forças do Líbano de 16 unidades de tanques blindados Guarani, dois mil foguetes de ataque ao solo dentre outros vários equipamentos de tecnologia militar. (GALLO et al., s.d., p. 14)

Em 2017, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de acordo com o histórico de política externa brasileira, enfatizou os laços econômicos do Brasil com os países do Oriente Médio e pôs em destaque a importância da inserção do Brasil no contexto dos Estados da região.

Segundo Hyar (2015, p.49), a estratégia brasileira no oriente médio cria uma parceria mais profunda e proveitosa para os países da região do Oriente Médio, bem como para o Líbano que representaria uma entrada histórica para toda a região. (GALLO et al., s.d., p. 14)

A UNIFIL, bem como o Brasil estar a frente de seu comando, conferem ao Estado brasileiro demonstração de comprometimento com a segurança internacional e a capacidade de atuação em conflitos interestatais, o que pode ser utilizado para o Brasil conquistar a tão almejada vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Esse objetivo tem feito o Brasil buscar missões de paz desde 1948, visando o aumento de projeção de poder na ONU. A participação nesse tipo de missões ainda confere ao Brasil importantes transações comerciais na área militar, pois ajudaram a difundir sua

tecnologia na região. (GALLO et al., s.d., p. 15)

Podemos concluir que o conflito árabe-israelense que historicamente esta constantemente em pauta na ONU se remonta a problemas muito profundos e estruturais, e que não é somente responsabilidade dos envolvidos chegar a uma solução, mas que é necessário que toda a comunidade internacional esteja envolvida em busca de uma pacificação definitiva para o conflito, bem como a atuação brasileira nas UNEF-I e na UNIFIL demonstraram ao longo da história que o Brasil tem sim capacidade de intervir na região, apesar de não ser estrategicamente localizada para o Brasil, e se projetar internacionalmente em busca de benefícios junto aos órgãos internacionais e perante outros países. É interessante para o Brasil investir politicamente na UNIFIL, pois gera ganhos diretos e indiretos para o Brasil, tais quais relações comerciais mais intensas com o Líbano e outros países da região, bem como uma demonstração de interesse na segurança internacional.

CAPÍTULO II O HISTÓRICO POLÍTICO DO BRASIL E ISRAEL.

Logo após a segunda guerra mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de

“preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, s.p.)

e para tais fins

“praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, s.p.)

Bem sabemos que o povo Judeu havia passado pelo Holocausto, momento em que aproximadamente 6 milhões de pessoas, principalmente judeus, foram mortos, e que viviam dispersos em outros países, não tendo uma nação própria. Porém, em 1947, a ONU, através da Resolução 181, divide a Palestina britânica em dois Estados – um de maioria judaica e um árabe, criando condições para que em 1948 fosse criado o Estado de Israel. A partir desse momento esse novo Estado foi inserido no sistema internacional e começou a interagir com os demais, inclusive com o Brasil. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 5-6; SILVA, s.d.)

Porém, Oswaldo Aranha, embaixador brasileiro, na qualidade de presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) já havia dado o pontapé inicial nas relações diplomáticas brasileiras com o futuro Estado de Israel. Alinhado com os Norte Americanos, foi ele que em novembro de 1947, conduziu a sessão que aprovou a Resolução 181. Dessa forma ele tornava realidade os anseios de movimentos sionistas que desde o século passado buscavam a criação de um Estado judeu e o retorno à “Terra Prometida”. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 6; SILVA, s.d.)

A aprovação da Resolução 181 tem muito mais mérito de Oswaldo Aranha do que da delegação brasileira, que defendia a formação de um único Estado, leigo e

liberal, em que judeus e árabes teoricamente viveriam em paz. Aranha, revelando-se mais tarde pró-americano, já recebera do comitê especial, um relatório que apontava o “plano da maioria”, que defendia o ponto de vista sionista.

“Henrique Valle, membro da delegação brasileira à sessão extraordinária de 1947 da Assembleia Geral, comentaria anos mais tarde que o trabalho de Aranha na presidência, ‘embora quase todo ele processual, foi dos mais brilhantes. Inteligência, tato, persuasão, firmeza, espírito conciliatório, imaginação – tudo foram qualidades que mostrou possuir à saciedade.” (SANTOS, 2003, p. 5-6)

Apesar do papel extremamente importante e fundamental de Oswaldo Aranha com Israel, desde a fundação da ONU até os dias atuais o comportamento brasileiro é de construção do consenso multilateral, ou seja, sempre votar com a maioria nos fóruns da AGNU e do Conselho de Segurança da ONU, ao qual fazia parte como membro não permanente. Logo, o voto de Oswaldo Aranha não necessariamente buscava justiça ou favorecimento de Israel, bem como os futuros votos brasileiros nas questões, mas sim ser favorável à vertente anticolonialista que surgira após a segunda guerra mundial. Porém esse fato não retira o mérito nem o reconhecimento de nosso embaixador. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 152)

A partir de 1947, com a partilha da Palestina, até 1973, o Brasil adotaria uma política de “equidistância” assim qualificada pelo Itamaraty, para lidar com os assuntos da região do Oriente Médio. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 1-2)

A criação do Estado de Israel enfrentou muita oposição por parte dos países árabes devido à necessidade de partilha de territórios. Apesar desses protestos, o novo Estado foi criado, o que deu origem a uma série de hostilidades já no dia seguinte iniciadas pelos países árabes que se uniram contra Israel em uma tentativa de evitar o seu estabelecimento na região, porém eles foram derrotados pelo recém-formado estado na primeira de inúmeras guerras que estavam por vir, a Guerra de Independência israelense. Ao final da guerra, Israel havia acoplado ao seu território aproximadamente mais 37% do original, indo contra a Resolução 181 e o Plano de Partilha da região. Tal situação levou ao deslocamento de milhares de palestinos árabes em direção a países vizinhos, principalmente Jordânia e Egito. Israel sabia que com a absorção de parte do território seu ao árabe estaria indo de encontro à resolução da ONU, porém, cercado por países árabes, essa era a forma encontrada pelo Estado judeu de aumentar o seu poder e criar uma certa defesa em profundidade de seu centro territorial. (SANTOS, 2003, p. 8)

Devido a essa situação, o Brasil mais uma vez atuou como protagonista para apaziguar tensões. Sendo um dos países-chave na aprovação em dezembro de 1948 da Resolução 194 da AGNU, que criava a comissão de conciliação para a Palestina. Com isso, foi possível, através de uma política de proteção internacional a lugares santos em Jerusalém, pacificar o conflito entre árabes e judeus, bem como chamar a atenção para a necessidade de proteção dos direitos dos refugiados árabes, ora deslocados. (SANTOS, 2003, p. 9; CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 152)

No início da República brasileira, o Brasil já havia estabelecido relações diplomáticas com o Irã, em 1903, e alguns anos mais tarde com o Egito, em 1924, através de comércio de pequeno porte. Porém, somente em 1949, o Brasil reconhece o Estado de Israel, e, em 1952, estabelece uma representação diplomática permanente em Tel Aviv. Ainda em 1952, é inaugurada a embaixada israelense no Rio de Janeiro, fatos esses que deram origem a laços mais profundos entre os dois países. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 152-153)

No ano de 1956, durante a Guerra Fria, eclodia a segunda guerra que envolvia Israel, a Guerra de Suez. De um lado Israel, França e Inglaterra, reivindicando o importante canal econômico recém-perdido pela Inglaterra, e do outro lado o Egito, apoiado pela União Soviética, que defendia o território que era seu por posseção. (SANTOS, 2003, p. 13)

Logo, alinhado com a ONU, o Brasil envia suas forças armadas que comporiam a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas – UNEF I, “Batalhão Suez”, ao Egito com a principal finalidade de separar forças egípcias e israelenses, criando uma zona tampão entre esses dois Estados, bem como auxiliar a retirada das forças armadas da França e do Reino Unido de território Egípcio e que durou até meados de 1967. O envio de tropas ao Egito não era motivado pelo interesse na região, mas para ratificar a importância da AGNU e do CSNU e para servir como demonstração de confiança em tais instituições. Além disso havia o interesse brasileiro que, segundo Casarões e Vigevani (2014, v.33, p. 155): “Via de regra, a conduta do Brasil reiterava alguns dos princípios basilares da diplomacia nacional, como a solução pacífica de controvérsias e a não intervenção em assuntos domésticos.”. A atitude brasileira de enviar tropas ao Egito e mantê-las lá até 1967 foi muito bem recepcionada pela ONU, a ponto das Nações Unidas insistirem para que o contingente brasileiro continuasse na região em detrimento de sua troca, tal reconhecimento foi oficializado com a nomeação de dois generais brasileiros para o comando da missão mesmo

desagradando outros países. (SANTOS, 2003, p. 15; CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 155; EXÉRCITO, s.d.)

A questão que envolvia o Canal de Suez foi resolvida com a retirada de tropas francesas, inglesas e israelenses do local de conflito. Manteve-se então a nacionalização do canal e todos que quisessem utilizá-lo teriam que pagar taxas ao Egito. (SANTOS, 2003, p. 15)

Sabendo da importância e do peso do voto dos países latino-americanos nos foros da ONU, bem como um desejo mútuo de avançar nas cooperações científicas e tecnológicas, o governo de Israel e do Brasil se aproximam. Tendo como marco dessa aproximação a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica Técnica em 1962 que “versava sobre a utilização de energia atômica para fins de pesquisa científica e uso pacífico.” (SANTOS, 2003, p. 11). “Ao mesmo tempo, em vista da crescente necessidade de diversificar as fontes de petróleo e expandir os mercados consumidores de seus produtos, o governo brasileiro estabeleceu laços diplomáticos com Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Kuwait e intensificou relações preexistentes com Síria, Líbano e Jordânia” (ROSA, 2000, p. 439). Dessa forma o Brasil mostrava ao mundo que não tinha um viés ideológico de política externa para a região, mas buscava a cooperação para o desenvolvimento mútuo.

A Resolução 181 da ONU previa também a partilha de Jerusalém, cidade considerada santa tanto para judeus como para árabes, em duas, uma para cada povo. Os dois povos nessa cidade encontravam-se igualmente armados de forma a defender suas posições. Israel, então pressionava o governo brasileiro para ter legitimada sua presença em Jerusalém, de forma que em 1963 esse país insistia enfaticamente que o Brasil transferisse sua representação diplomática, embaixada, para Jerusalém. Pouco antes Hermes Lima já havia sinalizado tal intenção, porém voltara atrás. Caso o Brasil transferisse sua embaixada para Israel tal atitude iria de encontro a sua política nas nações unidas de internacionalização de Jerusalém, bem como desagradaria os países árabes, com os quais o Brasil tinha interesses comerciais e um bom relacionamento. Apesar desses esforços, o Brasil mantém sua embaixada em Jerusalém.

A Guerra de 1967 porém, foi inevitável mesmo com a diplomacia brasileira para a região. Conhecida também como a Guerra dos Seis Dias, ou a terceira guerra Árabe-israelense, outro grande conflito envolvendo Israelenses e o povo árabe destacando-se das demais por ser a mais consistente, tal conflito remonta a um embate sírio com

Israel por conta de água, a Síria tinha um plano para desviar a água do Rio Jordão que abastecia Israel. Foi estabelecido um plano da Liga Árabe que criminalizou Israel nessa questão e que visava sua extinção da face da terra, o que também não fizeram questão alguma de manter em segredo. Israel então visava realizar ações preventivas contra o Estado Árabe, e com o aval americano que buscava bloquear o radicalismo dos povos árabes, foi selado o confronto. (SANTIAGO, s.d.)

Forças egípcias avançam no front, aproximando-se mais das fronteiras de Israel. Ocasão na qual Nasser determinou a retirada da UNEF da região, o CSNU acatou tal pedido, e iniciou diversos embates de pequeno vulto contra Israel. Em resposta a tal situação, Israel inicia em 5 de junho um massivo ataque militar, tendo sido evidenciado para a ONU o direito de Legítima Defesa em injusta agressão. Logo, Israel catalisava o apoio da comunidade internacional, e do Brasil. (SANTOS, 2003, p. 18-19)

Devido a tal situação, em 1967, o Brasil como membro não permanente do CSNU, apoia a Resolução 242 deste conselho, que buscava “a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados durante o conflito recente”; o fim do estado de beligerância e o direito de todos os Estados da região viverem em paz em seus territórios, delimitados por fronteiras seguras e reconhecidas; a liberdade de navegação nas águas internacionais da região; a necessidade de encontrar-se solução que preservasse o direito dos refugiados; a inviolabilidade territorial e independência política dos Estados da área através do estabelecimento de zonas desmilitarizadas, e a nomeação pelo Secretário-Geral de um Representante Especial, com a missão de encontrar uma solução pacífica, aceita pelas partes envolvidas e que respeitasse os demais dispositivos da resolução.” (SANTOS, 2003, p. 22). Tal resolução até hoje não foi cumprida 100%. Com isso o Brasil até a década de 1970, tomava uma posição de neutralidade com relação à origem dos conflitos e almejava uma solução diplomática que satisfizesse os dois lados.

Não podemos deixar de ressaltar que com a questão da Guerra de Suez, e principalmente a partir de 1967, depois da Guerra dos Seis Dias, o posicionamento brasileiro tenderia às reivindicações dos países árabes em detrimento das israelenses, devido ao não recuo de tropas israelenses de territórios árabes ocupados, demonstrando uma forte mudança de posicionamento, caracterizada pelo realismo, nacionalismo e pragmatismo. (SANTOS, 2003, p. 2; CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 155)

“O envolvimento do Brasil com questões médio-orientais permaneceu baixo até a eclosão da guerra do Yom Kippur e o subsequente choque do petróleo de outubro de 1973.” (VIZENTINI, 1998, p. 245). Devido principalmente a necessidade de obtenção do petróleo dos países árabes, que ameaçavam cortar o fornecimento a quem apoiasse Israel, África do Sul e Portugal, a política do Brasil para a região foi mudando a favor daqueles, demonstrando aproximar-se de países como o Iraque e Arábia Saudita. De pouco em pouco o Brasil deixava de adotar uma política “equidistante” dos países da região. (VIZENTINI, 1998, p. 245)

No final da década de 1960, as tensões na região entre árabes, Egito, e Israel aumentavam. De um lado os países árabes, apoiados pela União Soviética (URSS) e do outro Israel, apoiado pelos EUA. Apesar dos esforços das superpotências com a finalidade de apaziguar as tensões na região, isso não foi possível e logo teve origem a guerra do Yom Kippur. (SANTOS, 2002, p.19)

Devido à situação exposta, o Brasil buscou favorecer os árabes pois traria mais benefícios políticos e econômicos ao país. O Brasil, através do ministro Azeredo da Silveira em seu discurso de abertura na XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas (1974) pediu que Israel cumprisse as determinações impostas pela Resolução 242 do Conselho e enfatizou sua posição de que a Guerra dos Seis Dias de 1967, teria sido uma “guerra de conquista” por parte de Israel, o que contrariava os princípios brasileiros. O Brasil então demonstrava-se mais uma vez contrário aos interesses israelenses. Alguns dias mais tarde ao pronunciamento do ministro brasileiro, o Brasil vota a favor da Resolução 3210, que “convidava a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), “a representante do povo palestino”, a participar das deliberações da Assembleia Geral, nas reuniões plenárias, acerca da questão palestina” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 158).

Durante a década de 1970, o Brasil buscava posicionar-se globalmente, de forma a favorecer interesses próprios, a ponto de afastar-se do alinhamento com os EUA e aproximar-se da China. O Brasil ao se distanciar dos EUA estava se distanciando também de Israel, pois nesse período Israel sofria bastante influência americana, e ao aproximar-se da China, comunista desde 1949, o Brasil demonstrava claramente que sua política externa estava ligada a quem o favorecesse.

Durante a votação das próximas duas resoluções que versavam sobre questões da Palestina, a 3236 e a 3237, o Brasil não votou na primeira, dando um golpe duro nos Palestinos, não afirmando seus direitos inalienáveis à

autodeterminação, independência nacional e soberania e de retorno aos lares dos quais haviam sido deslocados. E na segunda, que convidava a OLP a participar das sessões e trabalhos da Assembleia Geral como observador, o Brasil foi favorável (SANTOS, 2003, p. 33; CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 158-159).

No ano de 1975, o Brasil dava mais um golpe em Israel votando a favor da Resolução 3379 da AGNU, que tornava o sionismo uma forma de racismo e discriminação racial. Com essa posição, o Brasil afastava-se definitivamente de Israel e deixava claro que seus próprios interesses prevaleceriam, mesmo que fossem contra suas próprias medidas tomadas no passado, mais especificamente em 1947, quando Oswaldo Aranha pronunciara-se a favor da criação do Estado de Israel e consequentemente favorável ao movimento sionista. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 151)

O Brasil então aproximava-se mais do mundo árabe, porém as expectativas brasileiras ficaram aquém do esperado pelos latinos em termos de comércio e investimentos, segundo (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 159) “A despeito da abundância de petrodólares e da crescente liquidez dos mercados internacionais, somente 8% dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil vinham de países árabes entre 1967 e 1994.” Com o passar dos anos, as exportações brasileiras para o Oriente Médio cresceram bastante, porém nossas importações, principalmente do petróleo, cresceram muito mais, o que tornou o desequilíbrio na nossa balança comercial para a região ainda mais tênue. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 160)

“Em razão destes resultados econômicos relativamente ruins, o Brasil teve que recorrer a algumas estratégias criativas em direção aos países árabes, particularmente na relação com Iraque, após a segunda crise do petróleo de 1979.” (CERVO; BUENO, 2002). O Brasil agora começara a exportar, principalmente para a Líbia e Iraque, materiais provenientes de sua indústria bélica e de construção civil, bem como urânio enriquecido para a usina de Osirak I, destruída por caças israelenses em 07 de junho de 1981. Esse ataque aéreo foi duramente condenado pelo governo brasileiro junto à ONU, nosso Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro descreveu as agressões da seguinte forma: “um exemplo flagrante de uso da força incompatível com a Carta de nossa Organização”. (GUERREIRO, 1995, p. 501). Além de criticar Israel em mais duas questões: Na questão fronteiriça com o Líbano, que gerara bastante violência na região e a decisão do governo israelense de alterar o estatuto de Jerusalém, “incorporando a cidade ao país como sua capital indivisível,

por meio de uma Lei Básica do Knesset, o parlamento de Israel, em meados de 1980.” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 161).

No ano seguinte, Israel lança uma operação militar grande contra a OLP no Líbano, e o governo brasileiro, através do presidente João Batista Figueiredo, novamente condena tal ação na AGNU, seu discurso dizia assim: “Vejo, com enorme apreensão, a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as sequelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute.” (FIGUEIREDO, 1995, p. 406).

Durante os anos seguintes, o Brasil defenderia sua mesma postura política para a região: “o estabelecimento de um Estado palestino; a retirada israelense dos territórios árabes ocupados; e o cumprimento das resoluções das Nações Unidas sobre o tema.” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 162), bem como o direito a Israel de viver dentro de seu território em paz. Dessa forma o governo brasileiro aparentemente tomava uma atitude de neutralidade para com a região.

No ano de 1987, ocorre a primeira intifada, fazendo com que a política brasileira tendesse a ser mais enfática na necessidade do povo palestino de possuir um Estado próprio. Dessa forma, o Brasil vota favoravelmente à Resolução 43/177 na ONU, que versava sobre a “Questão Palestina” e tornava oficial o novo status da Palestina.

No ano de 1989, chegara ao fim a Guerra Fria, e com isso nosso novo presidente, Fernando Collor de Melo tomava novos rumos políticos para o Brasil, ele salientou a necessidade do Brasil aproximar-se dos EUA, bem como “abraçando as forças da globalização, da democracia e do liberalismo econômico.” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 163) e abandonar a retórica e as posições terceiros mundistas. Com isso o houve uma reaproximação do Brasil de Israel,

“Em reunião com lideranças do Congresso Judaico Mundial, em janeiro de 1990, dois meses antes de tomar posse Collor prometeu às lideranças da comunidade judaica brasileira presentes que reverteria o voto brasileiro dado favoravelmente à resolução antissionista da Assembleia Geral da ONU de novembro de 1975” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 163)

e assim o fez. Durante o Congresso Mundial Judaico o então presidente alegou que o Brasil errou ao votar nas Nações Unidas, em 1975, a favor da resolução que tornou o sionismo racismo, e que pretendia corrigi-la.

“Dois anos mais tarde, o Brasil figurava entre as 90 nações que patrocinaram a Resolução 46/86 (adotada em 16 de dezembro de 1991), a qual revogava a Resolução 3379 e foi aprovada com uma ampla maioria de 111 a favor, 25 contrários e 13 abstenções” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 163).

Durante o período que se segue, até 1994, o Brasil não mais seria protagonista nas questões do Oriente Médio, somente aproximando-se de Israel novamente em busca de tecnologia “Cooperação no campo tecnológico colocava-se como um aspecto fundamental do projeto do País de modernização e competitividade.” (LAFER, 1993, p. 279).

Já em 1995, Fernando Henrique Cardoso, como presidente do Brasil, agora via a política externa como um instrumento de desenvolvimento e modernização. “Esse argumento foi reafirmado pelos formuladores da política externa, tendo adquirido maior significado em tempos de globalização econômica.” (LAMPREIA, 1998, s.p.). A primeira e uma das mais significativas políticas suas foi enviar, o chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, à Israel, 22 anos depois da última viagem oficial brasileira à Israel. De acordo com Lampreia (210, p. 174) “havia uma janela aberta para a paz” na região, que motivou a decisão de aproximar-se do governo israelense.” Ele foi também à faixa de Gaza, e plantou sementes que permitiram que em 2010 fosse reconhecido o Estado Palestino nessas fronteiras. A abordagem de Lampreia foi totalmente política e buscava um papel de destaque na ONU e não efetivamente ou eficazmente tentar resolver o problema na região.

Já no Governo Lula, buscou-se fortalecer relações com o mundo árabe, com Israel e com países muçulmanos não árabes, tais quais Irã e Turquia. Dessa forma o Brasil buscava um feito inédito, trabalhar com esses três círculos ao mesmo tempo de forma a obter oportunidades comerciais e políticas. Evidentemente que tal política não era algo fácil de se fazer, mas que com o histórico de política externa brasileira para a região ligado a sua característica peculiar na área diplomática, se configurava como um desafio difícil, porém não impossível. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 168)

Nosso presidente à época, buscando estreitar laços com os países da região, condenou a ação americana no Iraque sem a autorização da ONU, bem como realizou uma série de viagens aos países da região, porém o Chefe de Governo brasileiro não visitou Israel, o que causou um pouco de polêmica para Israel e uma postura neutra por parte deste país. Vale ressaltar que o presidente brasileiro para acrescentar o status de neutralidade à Israel, havia feito um discurso em favor do Estado Palestino

e da devolução das Colinas de Golã à Síria, em desfavor de Israel. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 169)

Continuando com sua política externa, o Brasil aproximara-se do Irã, que investia em tecnologia nuclear e por isso sofria ameaças americanas. Dessa forma o Brasil se colocava numa posição sensível, pois ia contra os interesses americanos e israelenses para a região. Bem como, em abril de 2009, o governo iraniano, durante uma conferência da ONU sobre racismo, declarou que os sionistas deixaram uma nação árabe sem lar, bem como o governo judeu estabelecido na Palestina ocupada era de cunho racista. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 170)

Tendo feito tais declarações, a visita marcada para abril de 2009, pelo presidente do Irã, ao Brasil foi alvo de manifestações em São Paulo e Rio de Janeiro, manifestações estas organizadas por entidades da comunidade judaica e por ativistas pelos direitos de minorias. Para a comunidade judaica, recepcionar o presidente do Irã no Brasil representava “uma ofensa à comunidade judaica” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 170)

Tal visita foi adiada, o que acalmou os protestos. Porém,

“Como forma de frear a entrada do Irã na América Latina”, nas palavras de Dorit Shavit, diretora-geral do Departamento para a América do Sul do Ministério das Relações Exteriores de Israel, o chanceler israelense, Avigdor Lieberman, realizou uma visita ao Brasil entre 21 e 22 de julho, a primeira viagem oficial de alto nível em duas décadas.” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 170).

Tal visita retribuíra as feitas por Celso Amorim à Israel. As consequências dessa visita foram a reabertura do consulado israelense em São Paulo, como forma de fortalecimento do comércio, de investimentos e da cooperação em tecnologia, além de assinatura de acordos na área de serviços aéreos, abrindo uma linha aérea que ligava Guarulhos a Tel Aviv. Tal linha foi desativada em 2011. Um fato a ser ressaltado é que a viagem de Celso Amorim ao Oriente Médio não incluía Israel, mas somente 8 países árabes, o que fez Israel encarar tal fato como uma atitude “esnobe”. Após conversas e entendimento, Celso Amorim viajou também para Tel Aviv com objetivos comerciais. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 170-172)

Ao final do ano de 2008, Israel lança uma ofensiva armada em Gaza, ocasião em que foram mortas 1400 pessoas. O Brasil condenou veemente tal ação, o que causou reações desfavoráveis dos EUA e Israel. Israel foi bastante enfático ao dizer que a posição do Brasil não levava em consideração os interesses de segurança

israelenses” (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 173). “Uma nota assinada pelo presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini, tachava as ações israelenses como “terrorismo de Estado”, comparando as ações do governo Netanyahu ao nazismo.” (WIKILEAKS, 2009).

Em novembro de 2009, o presidente do Irã é recebido em Brasília, o que causa bastante controvérsia. O então presidente Lula buscava um protagonismo político para a região do Oriente Médio, e para isso havia recebido duas semanas antes o presidente de Israel, Shimon Peres, e a Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. A visita do Presidente de Israel ao Brasil possibilitou a assinatura de diversos acordos de cooperação entre Brasil e Israel além de representar um marco histórico para as relações diplomáticas entre os dois países, pois havia mais de 40 anos que o último presidente de Israel havia vindo ao Brasil. Peres, em seu discurso, enfatizou a participação do governo brasileiro no diálogo de paz para a região do Oriente Médio, bem como Abbas também manifestou seu interesse de um maior envolvimento do Brasil no processo de paz. (CASARÕES E VIGEVANI, 2014, p. 170-171)

No ano de 2010, nosso presidente Lula viaja para Israel, porém sua visita vivia um contexto de relações diplomáticas desgastadas. Apesar de Lula ser visto como “o profeta do diálogo”, ele não foi recebido de maneira entusiasmada pelo governo israelense. “Um mês antes da visita, em entrevista àquele jornal, Lula havia criticado o primeiro-ministro israelense, alegando que “qualquer um que compare Ahmadinejad e o Irã moderno a Hitler e os nazistas está adotando o mesmo tipo de radicalismo do qual o Irã está sendo acusado” (WIKILEAKS, 2010).

Lula ao visitar Israel esteve em Yad Vashem, onde depositou uma coroa de flores verdes e amarelas com a inscrição “Homenagem do Brasil” no mausoléu com as cinzas de vítimas dos nazistas, uma coroa idêntica pôs em monumento memorial aos soldados israelenses mortos em conflitos com os árabes, no bosque de Jerusalém, plantou um pé de oliveira, cumprindo o ritual estabelecido pelo KKL [Fundo Ambiental Israelense]. Em seu discurso no Knesset, Lula foi respeitosamente aplaudido. Para o contexto diplomático, a visita do presidente Lula demonstrava extrema solidariedade e compaixão para com o povo judeu, apesar de algumas autoridades israelenses terem criticado suas atitudes e até boicotado seu discurso. Dessa forma, o Brasil deixava claro sua posição para as questões conflitantes da região.

Em dezembro de 2010, o Brasil reconhece a soberania do Estado Palestino sobre as fronteiras de 1967, tal atitude representou uma ruptura com o

posicionamento de sua política externa anterior, que defendia a criação do Estado Palestino, mas não o reconheceria formalmente. Esse reconhecimento dificultou as relações com Israel e EUA. Eliot Engel (D-NY), presidente do subcomitê para América Latina da Câmara dos Representantes dos EUA ao se pronunciar sobre a atitude brasileira deixou bem claro que a via como severamente equivocada, e que representava o último arfar de uma política conduzida por Lula que já era substancialmente fora dos trilhos. O Jerusalém Post condenou tal atitude brasileira, dizendo que “estão minando o próprio processo que eles desejam avançar – a promoção da paz israelo-palestina pela negociação direta”. (UNILATERAL, 2010, s.p.).

Já no Governo Dilma, o Brasil continuou a demonstrar para o mundo sua preocupação com a questão palestino-israelense e israelense-árabe, no entanto, se aproximando demais do mundo árabe de acordo com a nova estratégica brasileira e não concretizando tal preocupação com atos concretos e profundos. O Brasil mostrava-se para o mundo como defensor de ditaduras e dessa forma ficou mal visto internacionalmente, o que levou a um afastamento de países democráticos, tais quais EUA e Israel. Para dificultar mais a relação com esses países, o Brasil, em 2014, numa atitude unilateral, condena as ações de Israel contra o grupo terrorista Hamas, a ponto de chamar seu embaixador em Tel Aviv à Brasília, o que diplomaticamente repercute como um ato hostil contra o estado anfitrião. O posicionamento brasileiro gerou indignação por parte da Confederação Israelita do Brasil, Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp) e a Juventude Judaica Organizada (JJO), bem como reafirmou para muitos israelenses a irrelevância política do Brasil no cenário mundial. (AZEVEDO, 2017, s.p.)

Esse conflito foi de tamanha escala que morreram aproximadamente 2100 palestinos e 74 israelenses no período de 1 mês e meio, apesar dos dois governos não estarem favoráveis ao engajamento em uma guerra, ambos foram empurrados para os conflitos por grupos extremistas terroristas de ambos, o que não possibilitou outra opção por parte dos governos de Netanyahu e AP de Abbas. Israel havia retirado suas tropas da faixa de gaza havia 5 anos, porém, do ponto de vista palestino a ocupação nunca cessara pois consideravam a existência de Israel uma forma de ocupação. (DEMANT, 2014, s.p.)

O conflito em questão superou os anteriores em nível de destruição. Israel se via militarmente superior ao seu adversário, porém politicamente os dois não se divergiam muito. Nesse conflito, mais uma vez o estado de israel teve que utilizar-se

do *overkill* para restabelecer uma semelhança de dissuasão. (DEMANT, 2014, s.p.)

Diante de tal situação, o governo brasileiro votou favoravelmente a resolução de direitos humanos da ONU sobre o tema, o que condenava os atos hostis de Israel, porém ignoravam a responsabilidade de o grupo Hamas tinha sobre a violência instaurada. (AZEVEDO, 2017, s.p.)

No início do ano de 2019, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, desde quando era candidato à presidência já sinalizava o interesse de aproximar o Brasil de Israel. O Brasil passa por uma crise econômica, e tal aproximação busca o desenvolvimento de relações diplomáticas para mútuo desenvolvimento. Tal atitude não foi recepcionada muito bem pelos povos árabes, que ameaçaram cortar nossas importações, principalmente de carnes. O total de nossas exportações para os países árabes no ano de 2018 foi de US\$ 11 Bilhões, aproximadamente 5% do total. (EL PAÍS, 2018; FOLHA DE LONDRINA, 2019)

No âmbito econômico, Israel corresponde a uma parcela muito pequena da economia brasileira, além de ser um país pouco expressivo na economia mundial, uma aproximação deste Estado buscando benefícios na nossa balança comercial não tem se mostrado muito atrativa ao longo da história.

No âmbito militar, a participação brasileira da UNEF-I realmente foi de se admirar, além do país obter experiência na área de missões de paz, e com isso participar de outras ao redor do mundo, o Brasil posicionou-se perante as Nações Unidas com expressivo poder de dissuasão, que pode compor um Soft Power brasileiro. As experiências adquiridas por Israel nas Guerras declaradas em que esteve presente é de bastante valia para o Brasil, que deseja projetar-se mundialmente e para isso necessita obter poder.

Ao longo desses mais de 70 anos da criação do Estado de Israel o Brasil nunca esteve muito próximo politicamente deste. O período que mais evoluímos em termos políticos para a região foi o período do governo Lula, que o Brasil de fato teve um protagonismo para a região do Oriente Médio e poderia ter evoluído diplomaticamente de forma a posicionar-se no sistema internacional, porém não houve continuidade do governo Dilma Rousseff. A chave para as questões que envolvem tal região e a aproximação com Israel não são obscuras, além do Brasil já ter um histórico presente na região e de atuação importante, é necessário reavermos o protagonismo político em busca da paz para a região, de forma a obtermos lucros políticos, econômicos, militares e sociais de ambos os lados árabe e israelense.

CAPÍTULO III POSSIBILIDADES ADVINDAS DA RELAÇÃO BRASIL-ISRAEL

No decorrer da história brasileira, o país vem acumulando uma série de problemas, alguns deles se tornaram crônicos e a muito tempo não são resolvidos, tais quais a integração de todo o seu território, a seca e falta d'água no Nordeste brasileiro, a superlotação das cidades do sudeste, o que tem gerado bastante violência e pobreza nas suas periferias, a falta de uma indústria tecnológica própria tanto para a área militar quanto para a área civil. Problemas esses que sempre estiveram na agenda de desenvolvimento de diversos de nossos governantes, mas por muitas vezes negligenciados.

No dia 31 de março de 2019, o Presidente brasileiro e o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, firmaram cinco acordos de cooperação “nas áreas de defesa, serviços aéreos, prevenção e combate ao crime organizado, ciência e tecnologia, e um memorando de entendimento em segurança cibernética” (AGÊNCIA BRASIL, 2019), além de anteriormente o Brasil já ter decidido estabelecer um escritório em Jerusalém para promoção do comércio, investimento, tecnologia e inovação. (AGÊNCIA BRASIL, 2019)

A parceria Brasil-Israel está firmada na busca pela prosperidade comum para ambos os povos e de fato nos aproxima de Israel. Nós podemos aprender muito com o povo israelense, porém essa aproximação pode sair cara para o Brasil, tendo em vista o conflito histórico entre quase que a totalidade do restante do Oriente Médio árabe, aproximadamente 6 países, e Israel. (NEVES, s.d)

3.1 A questão Tecnológica

O tráfico de drogas é um problema que preocupa o Governo brasileiro e que afeta a vida de muitos nacionais, principalmente no estado do Rio de Janeiro e São Paulo, porém esse problema não é recente, desde a década de 80 o tráfico de drogas tem se fortalecido no Brasil às custas de guerras territoriais entre facções criminosas e da venda de entorpecentes para dependentes químicos, gerando um aumento da violência nos últimos anos.

Eles armavam pequenos exércitos e invadiam a área ocupada pela facção rival, na tentativa de ampliar o seu mercado. A facção rival fez a mesma coisa, comprou armas tão poderosas, começou a se estruturar, e aí começaram a

verificar a guerra do controle na droga do Rio de Janeiro (Ex-Oficial do Batalhão de Operações Especiais (BOPE)¹, 2010, s.p.)

Tal policial ainda relata que esse problema surgiu devido à negligência de autoridades públicas por muitos anos (G1 RJ, 2010). O que é um ponto de vista totalmente factual, tendo em vista que o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro por exemplo, foi fundamental para o crescimento das facções a partir de 1983 ao suspender a ação da polícia nos morros. (MANSO, 2010)

Essa medida fez com que a ausência do Estado em determinadas comunidades, iniciada em 1970, se consolidasse durante a década de 1980 e permitisse a formação de pequenos exércitos de foras da lei já na década de 1990 devido ao clima extremamente favorável para a consolidação dos criminosos em tais localidades.

Porém as armas e drogas que chegam nas comunidades dominadas pelo tráfico não vêm exclusivamente de outra região do Brasil, mas principalmente das fronteiras de quase 17 mil quilômetros, particularmente na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, bem como do Uruguai, Bolívia, Colômbia e Suriname. Apesar dos grandes esforços das instituições responsáveis pela sua fiscalização, patrulhar, monitorar e controlar essa vasta extensão de fronteira não é trabalho simples nem fácil. (CAMPOREZ, 2018; JORNAL NACIONAL, 2018)

Em 2008, o Estado do Rio de Janeiro, buscando estar presente novamente nas comunidades perdidas para o tráfico de drogas, lançou mão de um projeto de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) com o objetivo de acabar com a violência e o domínio territorial do fora da lei. (G1 RJ, 2010) porém 10 anos após a instalação da primeira UPP, o programa não consegue cumprir suas finalidades.

Hoje, após a instalação de 38 UPPs, o modelo que representou nos últimos anos a esperança de um Rio mais seguro se mostra esgotado, após colecionar uma série de fracassos e escândalos nos últimos anos. (BETIM, 2018, s.p.)

Além da tentativa frustrada da implementação das UPP, os governos estaduais têm lançado mão ao longo da história e principalmente a partir de 2010 de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Essas operações são um dispositivo constitucional “para casos de “esgotamento” da segurança local e “graves situações

¹ Esse policial não é identificado na referência.

de perturbação da ordem”. As Forças Armadas passam a ter poder de polícia temporariamente, naquela operação.” (BARRETO, 2018). Essas operações de GLO tiveram um “incremento” no Estado do Rio de Janeiro com uma intervenção federal, que durou desde agosto de 2017 até o final de 2018, que “conferiu ao general Braga Netto o comando de forças locais fluminenses. Estão subordinados a ele polícia militar, polícia civil, bombeiros e sistema carcerário.” (BARRETO, 2018, s.p.)

Essas operações, tendo um caráter temporário e sendo realizadas pelas Forças Armadas, não são a solução para o problema de segurança pública e tráfico de drogas, porém remetem à necessidade de as forças armadas estarem sempre preparadas para executá-las. Com essa visão o exército brasileiro já em 2019 busca adquirir melhores equipamentos para tais operações. (MARQUES, 2019, s.p.). Nesse contexto, a parceria estabelecida entre o governo federal e o Estado de Israel, bem como a busca por alguns governos estaduais de tecnologia, equipamentos e treinamentos israelenses, pode ser de bastante valia para o Brasil de forma que nossas fronteiras possam ser melhores monitoradas e controladas, bem como há a possibilidade dessa tecnologia auxiliar os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas na diminuição da influência do tráfico de drogas nas cidades brasileiras. Para tal, levantamos algumas tecnologias e equipamentos israelenses que podem ser negociadas e adquiridas pelo Brasil com essa finalidade:

Tecnologia para Aeronaves militares e sistemas de helicópteros: Desenvolvida pela Elbit Systems, que possui notório reconhecimento internacional no mercado de atualização de aeronaves, bem como experiência como integrador e desenvolvedor de sistemas avançados de defesa eletrônica, essa empresa trabalha nesse segmento abordando toda a plataforma e realizando atualizações que rejuvenescem as aeronaves com desempenho aprimorado, vida útil prolongada e recursos da próxima geração, bem como realizam integração multidisciplinar e suporte ao ciclo de vida. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Além disso, essa empresa se disponibiliza a trabalhar em conjunto com indústrias locais, utilizando recursos regionais e compartilhando *know-how* e experiência. Por meio de programas avançados em grande escala, as aeronaves são atualizadas e melhoradas, programas esses que incluem a integração de recursos A / A e A / G (ar/ar e ar/terra) multirole, radar multimodo, modificações estruturais, sistemas aviônicos de ponta, capacetes de exibição e visão, armas e vagens avançadas. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

O espectro completo de sistemas e produtos, incluindo monitores montados em capacete, computadores de missão, sistemas de gerenciamento de cockpit, miras montadas em capacete e kits de munições inteligentes, foi ampliado para incluir designadores avançados de laser, telémetros, cargas úteis optrônicas e sistemas de reconhecimento aéreo. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.).

No campo de atualização de helicópteros, suas principais atividades de modernização incluem a conversão de helicópteros de assalto em caças com várias funções, atualizando as plataformas existentes de serviços e ataques ou fornecendo sistemas de ponta para aeronaves de última geração. Assumindo várias funções, a Elbit Systems se dispõe servir como contratante principal, integrador de armas e aviônicos de segundo nível ou fornecedor de componentes. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Tal empresa é uma das poucas que tem recursos para oferecer soluções completas para atualização de helicópteros e já disponibilizou seu serviço de forma a equipar em todo o mundo mais de 4000 helicópteros. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Treinamento e Simulação: Desenvolvido pela Elbit Systems, é um conjunto completo de sistemas de treinamento e simulação para plataformas aéreas, terrestres e navais. Interligadas para gerar a interoperabilidade entre forças, esse sistema simula cenários de combate complexos em que a coordenação de várias equipes é essencial. Tais equipamentos estão operacionando em campo com as principais forças armadas do mundo há mais de 20 anos. Tal sistema de treinamento e simulação utiliza as mais recentes tecnologias e conceitos de treinamento, baseados em sistemas reais de funcionamento, comando e controle (C2 sistemas), simuladores e tecnologias avançadas de jogos. Esse simulador forma um ambiente de treinamento avançado de alta fidelidade e força tática conjunta. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Sistemas de Segurança Interna: Desenvolvidos pela Elbit Security Systems ("ELSEC") subsidiária integral da Elbit Systems LTD, que é especializada em desenvolvimento, fabricação, entrega e instalação de soluções de segurança tais como sensores de vigilância diurna de longo, médio e curto alcance, veículos de vigilância com sensores e radares EO, UAS pequeno, cercas eletrônicas e de detecção de intrusão por fibra óptica, centros C4I de segurança, gerenciamento de redes de vigilância de segurança IP. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Tal sistema foi desenvolvido para ser implementado para operar em segurança

fronteiriça, vigilância costeira e aeroportuária e perimetral (grandes locais tais como em cidades e em operações de reforço da lei e áreas de fronteira), bem como na segurança de transporte e de oleodutos. Esse sistema ainda contribui com tecnologia de reconhecimento facial e torres de vigilância fronteiriças. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Sistemas montados em capacete: Desenvolvido pela Elbit Systems LTD. e sua subsidiária RCEVS - de propriedade conjunta da Rockwell Collins, são líderes globais em nesse sistema e juntas tem mais experiência em produção e operação do que qualquer outra empresa no campo. Tal sistema permite que os pilotos visualizem dados de voo, sensor e informações baseadas em localização 3D dentro da linha de visão direta, escravizando desta forma os sensores da aeronave nos seus sistemas e mísseis aviônicos simplesmente olhando para o alvo. Sistema adequado para operação diurna e noturna, e que pode ser fornecido como parte de programas de atualização ou de forma independente. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Sistemas de artilharia: Desenvolvido pela Elbit Systems LTD. e tendo como principal aquisitor as Forças de Defesa de Israel, tal sistema oferece uma gama abrangente de soluções de artilharia totalmente integradas que incorporam tecnologia inteligente, capacidade de colocação e carregamento automático, sistemas de controle de incêndio e produtos modulares para armas. Equipados com computadores balísticos aprimorados, juntamente com equipamentos de navegação e aquisição de alvos - incluindo postos de comando de baterias e batalhões -, essas soluções de artilharia são facilmente integradas aos sistemas C 4 I dos clientes. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Tal empresa possui um amplo espectro de sistemas de artilharia, incluindo o mundialmente famoso obu montado em caminhão ATMOS de 155mm e a argamassa autônoma de 120mm CARDOM. Tais soluções foram comprovadas e amplamente utilizadas pelo exército dos EUA, países da OTAN, forças de defesa de Israel, dentre outros. A integração do sistema, combinada com seu desenvolvimento interno, permite que os componentes de hardware e sistemas de comunicação se adaptem a diversas plataformas e às especificações do cliente. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

EW e SIGINT: Desenvolvido e fabricado pela Elbit Systems EW e SIGINT – Elisra, tal sistema fornece soluções abrangentes no domínio do espectro eletromagnético, tais como guerra eletrônica (EW), controle de espectro,

comunicações e inteligência de sinais. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Elisra, como pioneira no campo, é a principal fonte de suítes EW para a Força Aérea de Israel dentre muitas outras ao redor do mundo, integra receptores de aviso de radar, sistemas de aviso de laser, sistemas de aviso de mísseis IR, contramedidas eletrônicas e chaff/Flare. Os sistemas EW atualmente estão instalados em mais de 30 aeronaves de asa fixa e rotativa ao redor dos cinco continentes. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Suas operações verticalmente integradas abrangem uma ampla variedade de conhecimentos tecnológicos, incluindo transmissores avançados, receptores altamente desenvolvidos, processadores de sinal de ponta, antenas inovadoras, software sofisticado e recursos de interface homem-máquina bem como suas soluções são baseadas em microondas são ativadas para autoproteção terrestre, aérea e naval; comando e controle estratégico; soluções de radar; links de dados e vídeo para plataformas não tripuladas; sistemas de busca e salvamento; bem como sistemas de inteligência tática, vídeo e telemetria. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.).

UAS (Unmanned Systems), ou sistemas não tripulados, desenvolvido pela Elbit Systems, é um equipamento testado e aprovado a décadas e em serviço em inúmeras forças militares e de segurança em todo o mundo, sendo a espinha dorsal das Forças de Defesa de Israel (IDF). A abordagem inovadora e a experiência da Elbit Systems para todos os aspectos do desenvolvimento, produção, campo e suporte de UAS resultam em excelente desempenho e rendimentos operacionais altamente eficazes em todo o mundo. Tal sistema pode ser adaptado aos requisitos gerais do cliente. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Uma característica interessante dessa tecnologia é esses equipamentos não tripulados não se limitam somente ao aspecto aéreo, mas ao marítimo também, a Elbit Systems nesse aspecto desenvolveu lanchas não tripuladas que podem ser utilizadas para reconhecimento hidrográficos e em áreas remotas, tendo em vista seu tamanho e versatilidade. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Sistemas C4 I, desenvolvido pela Elbit Systems, que se destacou no cenário mundial como líder na implementação da doutrina digital do exército, tais soluções conectam todas as forças em terra, ar e mar, do QG de alto escalão à plataforma individual, sensor ou soldado, criando um multiplicador de força, maximizando a coordenação dos recursos de combate. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Tal conjunto de tecnologias C4 I fornecem informações em tempo real

acionáveis e permitem o conhecimento da situação universal. Tais sistemas oferecem soluções já comprovadas em batalha, que lidam com os desafios modernos, como terrorismo, guerra urbana, guerra de guerrilha, refugiados e terrenos complexos. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Empregando uma abordagem tática de bloco de construção e um conceito centrado na rede, tais soluções incluem computadores táticos, mapas digitais, sistemas de tratamento de mensagens, vigilância de fronteiras, controladores e modems de comunicações avançados, e vários outros componentes desenvolvidos para necessidades específicas do cliente. Tais soluções cumprem todos os requisitos militares internacionais e são implantadas em todo o mundo. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

As tecnologias desenvolvidas por empresas israelenses podem aumentar as capacidades militares brasileiras no campo de operações das forças armadas e das forças de segurança pública e federais, de forma a aumentar a eficiência e a eficácia das ações de tais órgãos de segurança.

Muitas dessas tecnologias não são de desenvolvimento exclusivo de empresas israelenses, mas em muitos casos tais empresas foram pioneiras na área, e até hoje exportam suas tecnologias para outros países, além de serem capazes de adaptar suas soluções às necessidades do cliente. (ELBIT SYSTEMS LTD., 2019, s.p.)

Uma contramedida a importação de tais tecnologias seria a importação de outras desenvolvidas por outros países mais próximos, porém EUA e OTAN compartilham tecnologia de ponta somente entre si, dificilmente compartilhando com países fora desse eixo, o que limita bastante as fontes de aquisição para os demais países. Apesar de o Brasil estar em vias de se tornar um aliado preferencial extra OTAN o compartilhamento de tecnologia aumentaria, mas não seriam soluções inovadoras no âmbito mundial. (DIAS, 2019, s.p.)

3.2 A Questão Hídrica

Um grande problema que o Brasil sempre enfrentou é a seca no Nordeste. Sem água, muitas cidades interiores da região do Brasil enfrentam problemas de cultivo e abastecimento, além da região ser historicamente “esquecida” pelos governos, o que torna a situação das pessoas que lá se encontram mais caótica, a ponto de gerar um grande êxodo de pessoas para outras regiões em busca de qualidade de vida e

sobrevivência.

Uma solução pensada por D. Pedro II durante seu reinado foi a transposição do Rio São Francisco, que nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais e após passar por mais quatro Estados brasileiros, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e 2,7 mil km, deságua no Oceano Atlântico na divisa entre Sergipe e Alagoas. A transposição desse rio teoricamente seria capaz de “sanar essa deficiência hídrica na região do Semi-Árido através da transferência de água do rio para abastecimento de açudes e rios menores na região nordeste, diminuindo a seca no período de estiagem.” (FARIA, 2019; FOLHA DE SÃO PAULO, 2019; FRANCISCO, 2019)

Apesar de na teoria ser capaz de sanar o problema citado, há efeitos colaterais, pois afetará um dos rios mais importantes do Brasil, devido a sua extensão e importância na manutenção da biodiversidade, quanto pela utilização em transporte e abastecimento.

“O projeto é antigo, criado em 1985 pelo extinto DNOS – Departamento nacional de Obras e Saneamento, e em 1999 foi transferido para o Ministério da Integração Nacional. Em 2005 tem início as obras de transposição, que visam abastecer açudes e rios intermitentes do Nordeste. Inicialmente o custo seria de R\$ 4,5 bilhões de reais, porém ao final de 2018, quando a obra deveria estar pronta, já havia sido utilizado para a obra aproximadamente R\$11,7 Bilhões.” (FARIA, 2019; FOLHA DE SÃO PAULO, 2019)

Há diversos motivos para a não conclusão da obra, tais quais falha de projetos, desistência de empreiteiras e investigações por desvio de verbas.

Mesmo assim, a conclusão desta mega obra não é suficiente para encher as represas do semiárido, tendo em vista que há a necessidade de um fortalecimento de laços entre o governo federal com os quatro estados envolvidos, que formam oposição ao governo federal, e entidades locais. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019)

Apesar do projeto prever uma retirada enorme de água para abastecimento de diversos municípios, há algumas correntes contra essas obras de transposição. Segundo Caroline Farias:

“além de demasiado cara a transposição do rio não será capaz de suprir a necessidade da população da região uma vez que o problema não seria o déficit hídrico que não existe, o problema seria a má administração dos recursos existentes uma vez que a maior parte da água é destinada a

irrigação e que diversas obras, que poderiam suprir a necessidade de distribuição da água pela região, estão há anos inconclusas.” (FARIA, 2019)

A região nordeste é a mais açudada do mundo, com aproximadamente 70 mil açudes onde são armazenados 37 Bilhões de m³ de água. Outra opção para sanar o problema de abastecimento na região seria a conclusão das mais de 23 obras de distribuição das águas provenientes dos açudes paradas nos municípios que seriam contemplados pela obra de transposição do rio. Isso teria um custo muito menor do que a transposição do Rio São Francisco. (FARIA, 2019)

Além dos processos citados para obtenção de água para o nordeste, em 2004 foi criado o programa Água Doce, que atua em comunidades rurais do semiárido brasileiro para ampliar o acesso à água de qualidade para consumo humano por meio de sistemas de dessalinização de água salobra. Tal programa abrange 9 estados do nordeste e Minas Gerais. Esse processo é baseado na “osmose inversa”.

“Por intermédio de pressão, a água do mar atravessa um sistema de membranas que separa o sal de outras substâncias, tornando-a potável. Em seguida, As substâncias retiradas da água são devolvidas ao mar.” (ARAGÃO, 2018, s.p.)

Logo, podemos perceber que tal processo é muito mais limpo ecologicamente do que a transposição do Rio São Francisco. (REDAÇÃO GLOBO RURAL, 2018)

Apesar desse processo existir desde 2004, ele atende a apenas 0,1% da população do sertão. (CORDEIRO, 2019)

Atualmente há a possibilidade de utilizarmos o processo de dessalinização de água do mar oriundo de Israel. Apesar de já termos a tecnologia para tal processo, nós não conseguimos fazê-lo em grandes quantidades, e o Estado de Israel é líder nesse tipo de tecnologia, tendo 50% da água que consome proveniente do mar. Segundo Tiago Cordeiro: “Suas usinas são maiores e melhores do que as de qualquer outro lugar do mundo, e as técnicas desenvolvidas pelos israelenses são adotadas por diferentes países no mundo todo.” (CORDEIRO, 2019, s.p.)

Essa água proveniente do processo de dessalinização israelense custa menos de um dólar por metro cúbico, não levando em conta os custos para canalização e distribuição da água ao consumidor, fazendo com que uma residência israelense pegue em média US\$ 30 mensais de conta de água, enquanto em Los Angeles são

US\$ 58 mensais. (ARAGÃO, 2018; CORDEIRO, 2019)

Segundo Shawn Meyer-Steele, fundador e diretor-geral da H2OProfessionals, grupo de consultoria e serviços de tratamento de água em todo mundo:

“Israel, Arábia Saudita, Bahrain, Singapura e Namíbia, entre outros países, não existiriam como nações modernas, com as populações que têm hoje, sem bons programas de dessalinização da água do mar que garantem o consumo humano e a agropecuária. É o caso também dos estados americanos da Flórida e da Califórnia, que utilizam o sistema para alimentar uma das atividades humanas que mais consome água, a agricultura”. (CORDEIRO, 2019, s.p.)

Esse programa existe em aproximadamente 150 países ao redor do mundo muitos deles tendo importado tal tecnologia desenvolvida em Israel como por exemplo Chile, Trindade e Tobago e Estados Unidos. (CORDEIRO, 2019)

Análise feita por engenheiro químico conclui que para o Brasil nós conseguiríamos extrair água do mar com o custo de aproximadamente 1 dólar por metro cúbico, enquanto que a extração da água salobra feita por tecnologia nacional fica entre de 1 real e 50 centavos e 2 reais. Ou seja, nós gastaríamos mais para produzir a água oriunda do mar, mas também não dependeríamos de importar membranas polímeras da China e dos EUA para nossas indústrias de dessalinização. (SPUTNIKNEWS, 2018, s.p.)

Outro fato é que cidades grandes também estão começando a ter problemas com abastecimento e a tecnologia importada de Israel seria “uma mão na roda”. Por exemplo, a cidade de Fortaleza, que já está implementando esse sistema de dessalinização da água do mar. (SPUTNIKNEWS, 2018, s.p.)

Logo, podemos concluir que socialmente a importação desse tipo de tecnologia seria muito importante para a região nordeste do nosso país, tendo em vista que as alternativas implementadas até então ou são muito caras, ou não são muito efetivas, além de poderem causar um impacto ecológico muito grande. Além dessa tecnologia israelense já ser implementada em diversos outros países e ser capaz de sanar problemas em cidades grandes e gerar grandes quantidades de água.

IX. CONCLUSÃO

No Capítulo I foi abordado o contexto geopolítico que o Oriente Médio encontrasse, dessa forma pudemos levantar algumas questões de grande importância para que o Brasil possa inserir-se politicamente com êxito em tal região, tal como: 1- No Brasil há a existência pacífica de uma multidão de culturas e religiões, tais quais a muçulmana e a judaica; 2- As questões que até hoje estão sem solução no Oriente Médio tem raízes profundas, bastante ligada a ideologias e fundamentalismo; 3- O Estado de Israel não deve ser tratado como os demais estados, pois para os judeus seu governo é uma criação divina e não humana.

Analisando o contexto Geopolítico e de relações diplomáticas entre Brasil e Israel desenvolvido no capítulo II podemos perceber que a região do Oriente Médio, e principalmente o Estado de Israel nunca foram exploradas politicamente pelo Estado brasileiro, de forma que esse Estado se fez presente apenas em momentos esporádicos e de curta duração. Tal ponto de vista é facilmente observado quando levantamos alguns pontos, tais quais: 1- já desde a criação do Estado de Israel o Brasil ia de encontro aos interesses sionistas para a região; 2- com a política externa equidistante adotada entre os períodos de 1947 a 1973 o que o levou à Assembleia Geral da ONU e a ter participado da UNICEF I como forma de resposta a problemas criados; 3 – Somente ter aumentado seu envolvimento, mas mesmo assim muito relutante e sem muito êxito devido a situação imposta pelo choque do petróleo de 1973 e 1979; 4 – e nos anos seguintes ainda ter adotado uma postura de pouco envolvimento com os Estados do Oriente Médio. Vale ressaltar que o período que o Brasil esteve mais próximo politicamente do Oriente Médio foi com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que efetivamente tomou o protagonismo da região e por um breve período trouxe esperança do fim do conflito, porém sua sucessora praticamente desfez os feitos desse chefe de Estado e destruiu a política externa adotada por seu antecessor.

Analisando o Capítulo III, em que foram elencados alguns problemas inerentes ao Brasil, como a dificuldade de integração de todo o seu território, a seca e falta d'água no Nordeste, a superlotação das cidades do Sudeste, bem como a grande onda de violência e pobreza nas suas periferias, a falta de uma indústria tecnológica própria, e associando-as as possibilidades de transferência de tecnologia que Israel possui, podemos concluir que uma maior aproximação entre esses Estados renderia

frutos positivos para o Brasil, aumentando sua capacidade de exercer sua soberania e desenvolvendo todas as áreas de seu território, o que será um avanço significativo porque por mais de 500 anos tem se tentado a integração. Vale ressaltarmos que pelo fato de Israel não participar da OTAN a transferência de tecnologia se dá de uma forma mais simples, direta e “verdadeira” no sentido de obtenção por parte do Brasil de tecnologia de ponta, além de que a maior parte das tecnologias fornecidas pelas empresas israelenses ser adaptável às necessidades do consumidor, o que imprime flexibilidade além de possibilitar, com maior facilidade, o desenvolvimento de tecnologia própria através de Engenharia Reversa.

Logo, a aproximação política, que abre portas para toda interação entre Nações, entre os Estados brasileiro e israelense pode ser vista como uma oportunidade, tendo em vista o potencial pouco explorado de tal relação.

V.BIBLIOGRAFIA

ABDEL-MALEK, A. La pensée politique arabe contemporaine. Paris: Seuil, 1970

AGÊNCIA BRASIL: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/brasil-e-israel-firmam-cinco-acordos-e-um-memorando-de-entendimento>. Brasília, 31 mar. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/brasil-e-israel-firmam-cinco-acordos-e-um-memorando-de-entendimento>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ARAGÃO, Jarbas. Conheça a tecnologia de Israel que pode mudar o Nordeste do Brasil: Dessalinização de água é sistema revolucionário e de baixo custo. 2018. Disponível em: <<https://www.gospelprime.com.br/conheca-a-tecnologia-de-israel-que-pode-mudar-o-nordeste-do-brasil/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

AMORIM, Celso. Grande estratégia e poder naval em um mundo em fluxo. In: A Grande Estratégia do Brasil. Brasília. Editora Unesp, 2016.

AMORIM, Celso. Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura OPISA, 2005, 4: 1-14.

ARAGÃO, Jarbas. Conheça a tecnologia de Israel que pode mudar o Nordeste do Brasil: Dessalinização de água é sistema revolucionário e de baixo custo. 2018. Disponível em: <<https://www.gospelprime.com.br/conheca-a-tecnologia-de-israel-que-pode-mudar-o-nordeste-do-brasil/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

AÇÃO DO GOVERNO DILMA CONTRA ISRAEL É PROVA DA TENDÊNCIA A ANARQUIA E AO DESRESPEITO PETISTA. [s.l], 29 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.gospelprime.com.br/israel-hamas-dilma-pt-faixa-de-gaza-palestina/>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

AZEVEDO, Reinaldo. Israel reage a nota indigna do governo Dilma e diz que ela explica por que o Brasil é politicamente irrelevante. E está certo! Judeus brasileiros protestam contra Itamaraty: Nestes últimos 12 anos, o Brasil se acostumou à

diplomacia de chanchada, à diplomacia circense, à diplomacia momesca. Um presidente brasileiro percorreu, por exemplo, ditaduras árabes e se abraçou a facínoras. Emprestou integral apoio a tiranos, enquanto o povo morria nas ruas. Flertou com aiatolás atômicos, negou-se a condenar homicidas em massa na ONU, apoiou [...]. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/israel-reage-a-nota-indigna-do-governo-dilma-e-diz-que-ela-explica-por-que-o-brasil-e-politicamente-irrelevante-e-esta-certo-judeus-brasileiros-protestam-contra-itamaraty/>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BARRETO, Eduardo. Rio é o Estado que mais usou a Garantia da Lei e da Ordem na década. 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/rio-de-janeiro-e-estado-com-mais-glos-na-decada/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio: Prestes a completar 10 anos, programa apresenta resultados opostos ao que foi previsto. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BEZERRA, Katharyne. O que é, como se originou e o que propõe o Hezbollah? 2017. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-como-se-originou-e-o-que-propoe-o-hezbollah/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

BOLSONARO, O NOVO AMIGO DE ISRAEL: Netanyahu felicita o presidente eleito pelo anúncio de que transferirá a Embaixada para Jerusalém. Brasil, 02 nov. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/02/politica/1541168533_709759.html>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CÂMARA DIZ QUE ÁRABES PODEM DIMINUIR IMPORTAÇÕES: Já a Federação das Indústrias do Paraná minimiza o impacto da decisão de Bolsonaro de instalar escritório em Jerusalém. Paraná, 03 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/camara-diz-que-arabes-podem-diminuir-importacoes-2937203e.html>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CAMPOREZ, Patrik. Prisões e apreensões batem recorde nas fronteiras brasileiras: PRF deteve 38.339 criminosos e recolheu 2.089 armas pesadas em 2017. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/prisoes-apreensoes-batem-recorde-nas-fronteiras-brasileiras-22455470>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?. História (São Paulo), [s.l.], v. 33, n. 2, p.150-188, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-43692014000200009>.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: UnB, 2002.

CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica*. Pensamento Iberoamericano, n. 6, 1984, p. 113-131.

CORDEIRO, Tiago. "Como Israel pode ajudar o Nordeste a superar a seca" Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-israel-pode-ajudar-o-nordeste-a-superar-a-seca-2747rxidlmo1379paxn82fwq0/> Copyright © 2019, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.: "Com tecnologia e ganho de escala. O projeto brasileiro de retirada de sal e impurezas de águas subterrâneas existe há 20 anos, mas ainda atende a apenas 0,1% da população do sertão. Em Israel, a dessalinização abastece 50% das casas do país" Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-israel-pode-ajudar-o-nordeste-a-superar-a-seca-2747rxidlmo1379paxn82fwq0/> Copyright © 2019, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-israel-pode-ajudar-o-nordeste-a-superar-a-seca-2747rxidlmo1379paxn82fwq0/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, R. Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press, 1986.

DEMANT, Peter. Israel: a crise próxima. *História*, Franca, v. 33, n. 2, p. 72-103, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0101-90742014000200072&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Nov. 2019.

DIAS, Marina. Trump designa Brasil como aliado preferencial dos EUA extra-Otan: Compromisso havia sido alcançado durante visita de Jair Bolsonaro a Washington. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/trump-designa-brasil-como-aliado-preferencial-dos-eua-extra-otan.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). Artillery Systems. 2019. Disponível em: <<https://elbitsystems.com/products/artillery-systems/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). EW and SIGINT. 2019. Disponível em: <<https://elbitsystems.com/products/ew-and-sigint/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). Helmet Mounted Systems. 2019. Disponível em: <<https://elbitsystems.com/products/helmet-mounted-systems/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). Homeland Security Systems. 2019. Disponível em: <<https://elbitsystems.com/products/homeland-security-systems/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). Military Aircraft and Helicopter Systems. 2019. Disponível em: <<https://elbitsystems.com/products/military-aircraft-and-helicopter-systems/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). Training & Simulation. 2019. Disponível em: <<https://elbitsystems.com/products/training-simulation/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). UAS. 2019. Disponível em: <<https://elbitsystems.com/products/uas/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

ELBIT SYSTEMS LTD. (Israel). Unmanned Surface Vessel. 2019. Disponível em:

<<https://elbitsystems.com/products/uas/unmanned-surface-vehicle/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

FARIA, Caroline. Transposição do Rio São Francisco. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/hidrografia/transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FERREIRA, Oliveiros S. Ação política, ideologia e religião. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. Israel-Palestina A Construção da Paz vista de uma perspectiva global. [s.i.]: Unesp, 2002. Cap. 11. p. 313-322. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15650240-Israel-palestina-a-construcao-da-paz-vista-de-uma-perspectiva-global.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

FIGUEIREDO, João Batista. XXXVII Session of the United Nations General Assembly, 1982. In: The Voice of Brazil in the United Nations. Brasília: FUNAG, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO: Bolsonaro terá de concluir transposição e definir gestão da água do São Francisco. São Paulo, 16 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/bolsonaro-tera-de-concluir-transposicao-e-definir-gestao-da-agua-do-sao-francisco.shtml>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Transposição do Rio São Francisco. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/transposicao-rio-sao-francisco.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

G1 RJ (Rio de Janeiro). Entenda como o tráfico se tornou um crime organizado no Rio: Cidade virou ponto de partida da cocaína rumo à Europa na década de 70. Na mesma época, surgiram as facções criminosas dentro dos presídios.. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-o-crime/noticia/2010/11/entenda-como-o-trafico-se-tornou-um-crime-organizado-no-rio.html>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

GALLO, Rodrigo et al. O Brasil e a Unifil: Considerações sobre a Participação Brasileira na Força Tarefa Marítima. Disponível em:

<https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/o_brasil_e_a_unifil_consideracoes_sobre_a_participacao_brasileira_na_forca_tarefa_martima.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

GLOBO REPÓRTER. Comunidade libanesa no Brasil é quase o triplo da população do Líbano: São 12 milhões de libaneses no Brasil e 4,5 milhões no Líbano. Mais de 12 mil brasileiros vivem no Líbano.. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2017/03/comunidade-libanesa-no-brasil-e-quase-o-triplo-da-populacao-do-libano.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. XXXVI Session of the United Nations General Assembly, 1981. In: The Voice of Brazil in the United Nations. Brasília: FUNAG, 1995. HYAR, Albert Zaki. O Papel do Brasil na Unifil. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2015.

JORNAL NACIONAL. Levantamento da PF mostra caminho dos traficantes de armas: Fronteira com Argentina e Paraguai é a principal via de entrada de armas no ilegais no Brasil. Quase todas armas entram no Brasil por via terrestre.. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/01/levantamento-da-pf-mostra-caminho-dos-trafficantes-de-armas.html>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

LAFER, C., FONSECA Jr., G. Questies para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas. In: FONSECA JR., G., NABUCO DE CASTRO, S. H. Temas de política externa brasileira II . S.,o Paulo: IPRI, Editora Paz e Terra, 1994. v.1.

LAFER, Celso. Entrevista com Celso Lafer. Estudos Históricos, v. 6, n. 12, 1993.

LAFER, Celso. O Brasil e a nuclearização do Irã. Estadão, São Paulo, [s/d]. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-brasil-e-a-nuclearizacao-do-ira,539754>. Acesso em: 14 out. 2014.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação.

Revista Brasileira de Política Internacional, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.´

MARQUES, Hugo. Exército compra equipamentos para 'garantia da lei e da ordem' no Rio: Comando Militar do Leste, que auxilia polícias do Rio na repressão ao tráfico, anuncia licitações para materiais de segurança em ações de patrulhamento. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/exercito-no-rio-compra-equipamentos-para-garantia-da-lei-e-da-ordem/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MANSO, Bruno Paes. O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei. As regras têm como objetivo proteger o investimento feito pelo Estadão na qualidade constante de seu jornalismo. Para compartilhar este conteúdo, utilize o link: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,como-o-rio-caiu-na-mao-das-faccoes-imp-,645494>: O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei. As regras têm como objetivo proteger o investimento feito pelo Estadão na qualidade constante de seu jornalismo. Para compartilhar este conteúdo, utilize o link: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,como-o-rio-caiu-na-mao-das-faccoes-imp-,645494>. 2010. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,como-o-rio-caiu-na-mao-das-faccoes-imp-,645494>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. O Brasil na Unifil (Líbano). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-naunifil-libano>> Acesso em 12 out. 2019.

MONTEDO. Batalhão Suez: grupo de 6.000 brasileiros ganhou Nobel da Paz em 1988: Grupo de 6.000 brasileiros ganhou Nobel da Paz antes de Malala e dalai-lama. 2019. Disponível em: <<https://www.montedo.com.br/2019/10/13/batalhao-suez-grupo-de-6-000-brasileiros-ganhou-nobel-da-paz-em-1988/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

NEVES, Daniel. GUERRAS ÁRABE-ISRAELENSES: As guerras árabe-israelenses foram os conflitos travados entre Israel e diferentes nações árabes após a criação do Estado de Israel em 1948.. s.d. Disponível em: <<https://guerras.brasilecola.uol.com.br/seculo-xx/guerras-arabe-israelenses.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. O Brasil e as Missões de Paz no Oriente Médio. Centro de Estudos Estratégicos do Exército : Análise Estratégica, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 7-13, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/917>>. Acesso em: 12 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) (New York). A Carta das Nações Unidas: Nota introdutória. [19--]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

REDAÇÃO GLOBO RURAL (Brasil). Tecnologia de dessalinização da água creditada à Embrapa foi desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente: Depois do presidente eleito, Jair Bolsonaro, anunciar que vai buscar conhecimento em Israel, a empresa passou a ser citada como responsável por técnicas já em uso no Nordeste. 2018. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Pesquisa-e-Tecnologia/noticia/2018/12/tecnologia-de-dessalinizacao-da-agua-creditada-embrapa-foi-desenvolvida-pelo-ministerio-do-meio-ambiente.html>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

RIEDIGER, Bruna Figueiredo. Política Externa Brasileira para o Mundo Árabe: Uma Análise dos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2013). 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de ", A Participar das Deliberações da Assembleia Geral, nas Reuniões Plenárias, Acerca da Questão Palestina, ", A Participar das Deliberações da Assembleia Geral, nas Reuniões Plenárias, Acerca da Questão Palestina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96694/000918573.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

ROSA, Luciano Ozorio. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000.

SANTIAGO, Emerson. Guerra dos Seis Dias. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-dos-seis-dias/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SANTOS, Norma Breda dos. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. *Cena Internacional*, v. 5, n. 2, 2003.

SANTOS, Norma Breda dos. Dez anos no deserto: A participação brasileira na primeira missão de paz das nações unidas. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. *Israel-Palestina A Construção da Paz vista de uma perspectiva global*. [s.i.]: Unesp, 2002. Cap. 8. p. 263-286. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15650240-Israel-palestina-a-construcao-da-paz-vista-de-uma-perspectiva-global.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

São Paulo, 26 nov. 2010. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,como-o-rio-caiu-na-mao-das-faccoes-mp-,645494>>. Acesso em: 25 out. 2019.

SILVA, Daniel Neves. "Holocausto"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/holocausto.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SILVA, Daniel Neves. "O que é sionismo?"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sionismo.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SPUTNIKNEWS. Sputniknews. Especialistas: parceria com Israel para dessalinização de água no Brasil não é má ideia: Projeto de Bolsonaro de dessalinização de água no Nordeste foi um dos temas mais discutidos na última semana. Será que o político cometeu mais uma gafe, ou as suas intenções de buscar parceria com Israel na área fazem sentido? Conversamos com especialistas para entender melhor a situação.. 2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/opiniao/2018122813007403-especialistas-explicam-israel-parceria-dessalinizacao/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

UNILATERAL escapism. A collective state of misjudgment has swept across Latin America. *The Jerusalem Post*, 12 ago. 2010. Disponível em:

<http://www.jpost.com/Opinion/Editorials/Unilateralescapism>. Acesso em: 19 jul. 2019.

UPPS, MAIS UMA HISTÓRIA DE ESPERANÇA E FRACASSO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO: Prestes a completar 10 anos, programa apresenta resultados opostos ao que foi previsto. Rio de Janeiro, RJ, 11 mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html>. Acesso em: 25 out. 2019.

UZIEL, Eduardo. O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil nos mecanismos de segurança coletiva das Nações Unidas. Brasília: Funag, 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do Regime Militar brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

WIKILEAKS. 09BRASILIA43_a, 09 jan. 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA43_a.html. Acesso em: 19 jul. 2019.

WIKILEAKS. Re: G3* - BRAZIL/IRAN/ISRAEL - Lula interview with Haaretz, 03 dez. 2010. The Global Intelligence Files. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/98/98694_re-g3-brazil-iran-israel-lula-interview-with-haaretz-.html. Acesso em: 19 jul. 2019.